



ATA N.º 2/2015

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e quinze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 09,30 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;

PONTO 2 – APROVAÇÃO DEFINITIVA DO PROJETO DE REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS REGULARES OU PONTUAIS, DE NATUREZA EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA, CULTURAL, SOCIAL E OUTRAS. INFORMAÇÃO Nº. 45/2015;

PONTO 3 – REGULAMENTO DO REGIME DE ACESSO À HABITAÇÃO MUNICIPAL. – INFORMAÇÃO/PROPOSTA 53/SHS/Nº 18/2015;

PONTO 4 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO. ANO 2014;

PONTO 5 – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE “IBERÁGUAS – ENGARRAFAMENTO DE BEBIDAS, LDA. PROPOSTA Nº 22/GAP/2015;

PONTO 6 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 25/GAP/2015;

PONTO 7 – PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2014. INFORMAÇÃO N.º11/DGF/2015;

PONTO 8 – CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E DE RECOLHA DE EFLUENTES CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EMPRESA “AGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, S.A.”; _ TARIFA PRATICADA NO ÂMBITO DOS CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECOLHA E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS; - SOBREFATURAÇÃO; - DEVOLUÇÃO DE FATURAS. PROPOSTA N.º 19/GAP/2015;

PONTO 9 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES TERRESTRES A ALUNOS EM CIRCUITOS ESPECIAIS, PARA O ANO LETIVO DE 2015/2016. CONCURSO PÚBLICO N.º 2/SC/2015;

PONTO 10 – DESVINCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAVES DA AGÊNCIA DE ENERGIA DE TRÁS-OS-MONTES (AE-TM) E DOAÇÃO DA QUOTA-PARTE DOS ATIVOS QUE LHE CORRESPONDEM À AMAT – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALTO TÂMEGA;

PONTO 11 – PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO. 1º TRIMESTRE DE 2015. INFORMAÇÃO N.º 10/DGF/2015; Para conhecimento.

PONTO 12 – LEI 8 /2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2014. INFORMAÇÃO N.º 7/SC/2015; Para conhecimento.

PONTO 13 – ACORDO DE TRANSAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A “RESINORTE – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS, S. A.” – ADENDA AO CONTRATO OUTORGADO EM 19/12/2013. PROPOSTA N.º 26/GAP/2015;

PONTO 14 – PEDIDO DE CERTIDÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI AO ABRIGO DO AR.º 71 DO EBF – MARIA JOSÉ TEIXEIRA DO NASCIMENTO – RUA CORONEL BENTO ROMA Nº. 14 – FRAÇÃO “G” – 3º DTO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL DE 11/03/2015;

PONTO 15 - PEDIDO DE CERTIDÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI AO ABRIGO DO AR.º 71 DO EBF – MARIA JOSÉ TEIXEIRA DO NASCIMENTO – RUA CORONEL BENTO ROMA Nº. 14 – FRAÇÃO “F” – 3º DTO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL DE 11/03/2015;

PONTO 16 – EMPRESA LOCAL “GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M., S.A.”. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA. APROVAÇÃO DA RESPECTIVA MINUTA. PROPOSTA N.º 52/GAP/2015;

PONTO 17 – FUNDAÇÃO NADIR AFONSO – “MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA NADIR AFONSO” - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO. PROPOSTA N.º 53/GAP/2015;

PONTO 18 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS. PROPOSTA N.º 27/GAP/2015;

PONTO 19 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE ANELHE. PROPOSTA N.º 28/GAP/2015;

PONTO 20 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE CALVÃO E SOUTELINHO DA RAIA. PROPOSTA N.º 29/GAP/2015;

PONTO 21 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA. PROPOSTA N.º 30/GAP/2015;

PONTO 22 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE EIRAS, S. JULIÃO DE MONTENEGRO E CELA. PROPOSTA N.º 55/GAP/2015;

PONTO 23 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE ERVEDEDO. PROPOSTA N.º 56/GAP/2015;



PONTO 24 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES. PROPOSTA N.º 31/GAP/2015;

PONTO 25 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE MAIROS. PROPOSTA N.º 32/GAP/2015;

PONTO 26 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE MOREIRAS. PROPOSTA N.º 33/GAP/2015;

PONTO 27 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DO PLANALTO DE MONFORTE. PROPOSTA N.º 34/GAP/2015;

PONTO 28 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE OURA. PROPOSTA N.º 35/GAP/2015;

PONTO 29 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE PARADELA DE MONFORTE. PROPOSTA N.º 36/GAP/2015;

PONTO 30 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE REDONDELO. PROPOSTA N.º 37/GAP/2015;

PONTO 31 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE. PROPOSTA N.º 40/GAP/2015;

PONTO 32 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE SANTA LEOCÁDIA. PROPOSTA N.º 41/GAP/2015;

PONTO 33 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM. PROPOSTA N.º 38/GAP/2015;

PONTO 34 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE SÃO VICENTE DA RAIA. PROPOSTA N.º 39/GAP/2015;

PONTO 35 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE TRAVANCAS E RORIZ. PROPOSTA N.º 42/GAP/2015;



PONTO 36 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE TRONCO. PROPOSTA N.º 43/GAP/2015;

PONTO 37 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS. PROPOSTA N.º 44/GAP/2015;

PONTO 38 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE VILAR DE NANTES. PROPOSTA N.º 45/GAP/2015;

PONTO 39 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE VILELA DO TÂMEGA. PROPOSTA N.º 57/GAP/2015;

Estiveram presentes 78 membros da Assembleia Municipal.

Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:

Maria Manuela Pereira Tender

Francisco José Gonçalves Oliveira

José Carlos Costa Matos da Conceição

Francisco António Pinto de Barros

António Jorge S. Pinto de Barros

Francisco José T. Lopes Silva Preto

Manuel Guerra Afonso

Faltou:

Ernesto Salgado Areis

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA cumprimentou os presentes e deu conhecimento do pedido de intervenção do cidadão Joaquim Jorge Silva Santos, no período de intervenção reservado ao público, que nos termos do Regimento terá lugar no final da Ordem de Trabalhos.

Entrou-se no período “Antes da Ordem do Dia”

Usaram da palavra neste período os seguintes deputados:

Anselmo José Martins do PS – cumprimentou os presentes e em seguida referiu a reabertura da época termal.

A reabertura da época termal foi anunciada através dos órgãos de comunicação social, para o dia 29 de março, e por algum motivo não ocorreu nesse dia, mas sim nos dias seguintes e gostaria que o Senhor Presidente nos informasse da razão da não reabertura no dia que estava anunciada.

Em termos de marketing quando temos uma marca reconhecida e afirmada junto dos consumidores, não se muda. O executivo municipal liderado pelo PSD, já mudou a marca “Caldas de Chaves”, que é a nossa marca de referência, por duas ou três vezes. Chaves é conhecido pelas “Caldas de Chaves” que incluem uma SPA. Nesta altura voltou a mudar de nome e entendo que se deve refletir sobre isso. Mudou por mudar ou existem estudos de marketing que garantem que isso pode trazer mais-valias.



Em determinada altura alertei para a situação de estacionamento existente em frente do café Sport e os serviços da autarquia ficaram de corrigir mas ainda não o fizeram. Sugiro que aquela zona possa ficar para cargas e descargas, em períodos estipulados para o efeito, com proibição de estacionamento nesse horário, ficando livre para estacionamento fora desse período. Não vale a pena colocar ali a zebra, que por si já é impeditiva de qualquer tipo de estacionamento, mas que ninguém respeita. Há gente que não é de Chaves e entra com as viaturas pela praça General Silveira dentro, até à biblioteca, porque não existe nenhum sinal de proibição.

Também naquela zona existe uma esplanada com duas filas de mesas e cadeiras, que ocupa grande parte do corredor destinado à passagem de peões, impedindo-os de passar. Apesar de o mobiliário já ter sido substituído por outro menos volumoso, ainda ocupa parte da faixa do passeio e por vezes os carros são obrigados a circular na zona destinada ao peão situação que pode provocar acidentes. Para evitar isso basta que sejam retiradas as cadeiras colocadas na zona do peão.

Todos sabemos que os vasos e os blocos de granito prismáticos, colocados ao longo da Rua de Santo António servem para proteger os peões mas há pessoas que os deslocam. Devem ser recolocados em alinhamento com os bancos ali existentes de modo que a parte pedonal fique totalmente desimpedida.

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – cumprimentou os presentes e em seguida fez uma referência ao “25 de Abril”.

Lembro o que era Portugal antes do “25 de Abril”. Havia fome, havia analfabetismo, ausência de cuidados de saúde, ausência de escolas, ausência de Segurança Social e recordo que o “25 de Abril” pôs fim a uma guerra colonial injusta, que ceifou a vida de muitos portugueses e modificou a de muitos outros. A revolução trouxe educação, ensino, democracia, liberdade de imprensa, crescimento económico e melhoria da qualidade de vida, inegáveis.

Uma das conquistas mais importantes, mais bonitas e mais úteis que o “25 de Abril” nos trouxe, para além do direito à saúde, e à liberdade, foi o poder autárquico democrático. Os últimos anos foram de retrocesso e esta crise matou-nos o sonho e a esperança. Eu, como outros pais, assisto à emigração dos nossos filhos sem perspectivas de voltarem, porque as condições de trabalho e os salários que são oferecidos em Portugal não são convidativos a voltar. Ao baixar desta forma as expectativas dos nossos jovens, estamos a hipotecar o nosso futuro. Hoje um jovem com o mestrado ou mesmo doutoramento a ganhar o salário mínimo, sem quaisquer condições, já é considerado um sortudo e isso é o que eu não perdo-o a esta crise e ao governo.

Na questão da saúde continua a haver vozes que não se calam, na defesa do SNS e nós, CDU, continuamos a fazer o nosso trabalho, sem medo de denunciar e cumprindo o nosso papel de força política que defende o interesse das populações.

Em relação ao poder local democrático, tivemos uma Comissão que negociou com a troika a extinção de Concelhos e depois extinguiram-se freguesias, com completo desrespeito pelas populações do interior. Alguém aqui um dia fez um discurso mais ou menos assim: «as autarquias, ao contrário daquilo que a CDU defendia já não estão bem voltadas para as questões básicas dos arruamentos, da água e do saneamento, mas têm de ser motores de desenvolvimento. Infelizmente as autarquias – esta e outras – abdicaram de, pelo menos, terem feito bem o básico.



Não reestruturaram as redes de distribuição em baixa da água, e estão a deixar degradar os arruamentos a níveis inconcebíveis; desleixaram a questão dos lixos, dos pagamentos etc. Ou seja: o que eram as funções nobres duma autarquia deixaram-se cair e não se ganhou nada, porque no essencial das apostas do desenvolvimento falhou. Em todos os projetos concebidos para o desenvolvimento, os resultados são muito pobres. O endividamento desta Câmara também passa pelo falhanço e por não perceber quais são as funções principais de uma autarquia e é indispensável que retornemos a elas porque é assim que somos úteis às populações. Eu gostava de ter a certeza que o que se está a idealizar para as Termas de Chaves foi profundamente refletido e que é um projeto válido. É que as ondas das modas passam das Termas para os SPAS, nós vamos atrás delas e como disse o Senhor deputado Anselmo Martins, perdemos uma marca, perdemos um perfil e eu não sei se daqui a uns anos isso cai tudo em desgraça e depois ficamos com um SPA muito bonito numa altura em que já ninguém o solicita.

Gostava que as autarquias, que são autarquias de Abril porque só existem porque houve o “25 de Abril”, percebessem e assegurassem melhor as suas funções.

Finalmente, porque a CDU sempre faz isso com convicção, não esquecer que apesar de tudo o que a troika e o governo fizeram para espezinhar os direitos de quem trabalha, o “1º de Maio” será, seguramente, um momento de defesa de trabalho digno para todos.

Maria Zélia Valoura do CDS/PP depois de cumprimentar os presentes disse:

Celebrou-se no passado sábado deste mês o 41º aniversário do 25 de Abril. O processo de transição para a democracia em Portugal, apesar de todas as vicissitudes porque passou, regulamentou com força constitucional, direitos fundamentais. Direitos que, nos tempos atuais, passam por incertezas que não se compadecem com as dificuldades vividas neste contexto de crise. Basta constatar os números da emigração e até mesmo a elevada taxa de analfabetismo que ainda prevalece, (apesar da aprendizagem ao longo da vida ser uma recomendação estratégica da União Europeia para os seus estados membros), relegou-se a educação de adultos, nomeadamente no que concerne ao reconhecimento, validação e certificação de competências dos cidadãos, para segundo plano.

Apresentando-se Portugal no século XXI como um país da Europa Unida é com amargura que ouço relatos que comparam alguns hospitais portugueses, nomeadamente o de Chaves a hospitais de terceiro mundo.

Sabendo que os cuidados de saúde, os níveis de literacia e a realização das pessoas nos locais onde nasceram são indicadores de desenvolvimento e de bem-estar, estas áreas deveriam ser sempre prioridades de qualquer governo, não descuidando o perfil demográfico e geográfico do território português.

Destaco que a constituição da República Portuguesa no que toca à saúde que apela ao “*desenvolvimento da educação sanitária das populações e de práticas de vida saudável*”. Neste contexto e destacando o papel das autarquias na promoção da saúde, urge a aposta em ações de formação e sensibilização (além das que já vêm sendo feitas nas escolas e na cidade), também nas aldeias, que promovam hábitos de vida saudáveis e que possam inclusivamente ajudar a superar hábitos culturais que induzem a doenças crónicas e não só, mesmo em populações mais jovens. Desta



forma far-se-ia jus a uma atuação por antecipação como clamam os princípios de uma medicina preventiva.

Nos Transpores Urbanos de Chaves pode ler-se *Chaves Monumental*, no entanto constata-se que muitos residentes e habitantes da zona histórica e não só, (também os que moram na periferia gostavam que houvesse um circuito dos TUC que trouxesse gente ao centro histórico da cidade). Tendo em conta os condicionantes do trânsito nalgumas ruas o autocarro poderia ser mais pequeno e o circuito poderia passar pelo largo do Arrabalde, lugar em que embocam as principais artérias do centro, e servir também as caldas, facilitando e promovendo assim a mobilidade para o centro histórico, que é onde se centra a parte mais monumental da cidade, onde estará a funcionar o museu das termas romanas e onde se centra grade parte do comércio e serviços como escolas e o tribunal, entre outros.

Constatando que nos fins de semana, em que se promovem atividades em Chaves ou nas localidades vizinhas alguns serviços e equipamentos de apoio aos visitantes não estão em funcionamento, (pelo menos no inverno), penso que também nessa altura do ano isso seria importante para diversificar e promover a oferta turística de Chaves e apoiar quem nos visita.

Tendo em conta que na rua de S. João dos Aregos, existem duas zonas residenciais com elevada densidade populacional - a Quinta da Bandeira e o Bairro Social dos Aregos - onde muita gente anda a pé, há saídas laterais de viaturas, que ficam sujeitos à grande velocidade com que os automóveis costumam fazer a descida dessa rua. Perante isto, gostaria que se tivesse em conta a elevada sinistralidade e atropelamentos que há no país e em Chaves também e se colocassem nessa rua formas de condicionar a velocidade de maneira a que não se venham a registar mais acidentes do que aqueles que já lá aconteceram.

No Parque Infantil das Caldas, num dos equipamentos existe um elemento em forma de torre que é um espaço mais fechado. Esse espaço é por vezes frequentado por pessoas com práticas que provocam inquietação aos pais. Gostaria de deixar aqui este alerta para que alguma estratégia de intervenção seja feita e o parque não crie receios nos familiares das crianças que o frequentam.

É muito frequente ver em Chaves, inclusivamente no centro, cães à solta e não raras vezes a mexerem e a espalharem lixo pelas ruas, constituindo esta situação um perigo tanto para os animais como para as pessoas e gostava de deixar aqui um pedido para uma solução dessa situação.

Sabendo que no lugar do Vale do Salgueiro em Outeiro Seco existem esgotos a céu aberto que além de constituírem uma chaga na natureza são um perigo para a saúde pública, gostaria de saber que foi feito e o que se está a pensar fazer para solucionar este problema, tendo em conta o cumprimento das posturas municipais, legislação nacional e comunitária sobre esta matéria, nomeadamente a subjacente à diretiva Áquae. Em relação ao Rivelas existe alguma estratégia para a sua despoluição, e melhoramentos das margens e do leito deste ribeiro?"

Higino Rodrigues Silva do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse:

“Passou o 41º aniversário da Revolução de Abril. Nunca será de mais comentar a Revolução dos Cravos. Graças aos militares de Abril, Portugal deixou de ser um país governado por um regime totalitário, passando a ser gerido por um regime democrático. Militares de Abril que libertaram o país das garras ditatoriais



Salazaristas criaram o Movimento das Forças Armadas que, por sua vez, criou e deu posse à Junta de salvação Nacional, composta PELO General Spínola, General Costa Gomes, Capitão de Mar e Guerra Pinheiro de Azevedo, Capitão-de-fragata Rosa Coutinho, Brigadeiro Silvério Marques, General da Aeronáutica Diogo Neto e Coronel da Aeronáutica Galvão de Melo.

O M.F.A, em estrita ligação com a Junta de Salvação Nacional empossou governos Provisórios até às primeiras eleições livres de 1976.

Após uma Revolução reconhecida mundialmente como uma das mais bem-sucedidas - demitiram um Governo sem derrame de sangue - levado a cabo por militares que deram uso às suas armas, com exposição de cravos. Maravilha. Todos estamos gratos aos militares de Abril.

Abril é sinónimo de liberdade e independência e são notórias as melhorias do nível de vida dos portugueses. Queiramos ou não, após o “25 de Abril” Portugal nunca mais foi igual ao que era antes. Estamos bem melhor. Todavia Abril continua por cumprir. O programa do MFA não teve a continuidade que os seus promotores idealizaram. Os sucessivos governos, nos últimos 41 anos enveredaram por desvirtuar os ideais de Abril. Têm descorado os cuidados de saúde, nomeadamente aos mais necessitados – os pobres e os idosos; tem prometido e não cumprido a expansão e melhorias no ensino.

Os culpados encontram-se identificados. São os partidos políticos com assento na Assembleia da República. Os que têm constituído os governos e os outros que só se preocupam em olhar para o seu umbigo. Mas nós, autarcas, militantes ou simpatizantes que os ajudamos e eleger também temos a nossa quota de responsabilidade e devemos assumi-la.

Tal como os governos que colocaram o país à beira do abismo, se persistirem em igual ou semelhante comportamento, todos nós temos o direito de pensar num novo Abril.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – cumprimentou os presentes e em seguida disse esperar que o espírito e os ideais de Abril, sobretudo a democracia, a transparência, a liberdade, mas também o desenvolvimento, possam enformar e possam conduzir os caminhos de quem tem andado desorientado, quer seja naquilo que é a governação do país, quer seja na governação municipal e conduzam ao desenvolvimento local e nacional.

Estive a ler um documento interessante, que é o jornal de propaganda do PSD – o Boletim Municipal. Este que aqui tenho é de julho de 2014, e refere uma reunião havida com o Senhor Primeiro – Ministro. Diz que na ordem de trabalhos da referida reunião constatarem, entre outros assuntos, a permanente desclassificação de serviços, a reforma do mapa judiciário, o encerramento de escolas do ensino superior e o sistema municipal de águas, temas a que o Senhor Primeiro – Ministro respondeu, positivamente, garantindo a sua intervenção objetiva. Os factos dizem claramente que a resposta foi muito positiva porque hoje temos uma reorganização administrativa que foi invertida, serviços que não foram perdidos, o nosso hospital está cheio de médicos e com capacidade de intervenção. Temos também a ULS a funcionar em pleno e a todo o gás, temos a reversão da estrutura judicial, temos acessibilidades para os concelhos vizinhos feitas, temos um forte ensino superior em Chaves, promotor de desenvolvimento, com muitos jovens, com muita dinâmica.



Temos tudo aquilo que foi dito. Se repararem havia dez pontos nas preocupações que foram manifestadas e que esta publicação deu nota mas, de facto, a resposta positiva e uma intervenção objetiva traduziu-se em nada. Decorrido cerca de um ano destas preocupações, com o mandato deste governo quase concluído, a verdade é que nenhuma das nossas grandes preocupações, que seriam a bandeira natural do executivo municipal, que é da mesma cor política, não foram conseguidas.

Temos um Hospital descaraterizado, sem capacidade de intervenção. Perdemos uma Unidade de Cuidados Continuados por incapacidade e falta de visão estratégica, perdemos entretanto o Pólo da UTAD e não há nenhuma ideia do que possa vir a ser o Ensino Superior em Chaves; há rumores de que a própria Escola Superior de Enfermagem corre riscos de poder ter algum colapso financeiro; temos grande dificuldade no acesso à Justiça e para quem ia responder de forma objetiva a estas preocupações, afinal a resposta é aquela que todos conhecemos. Nenhuma.

Perguntamos como está o investimento prometido no Hospital de Chaves. Foi dito em 25 de julho de 2014 que viria um milhão de euros para a reestruturação do bloco operatório de Chaves e para reforço das equipas médicas. Decorreu quase um ano, a legislatura está no fim, onde está esse investimento?

Efetivamente estes últimos anos têm sido anos perdidos em que tem havido um retrocesso de serviços públicos, como não há memória na democracia. Esperemos que esta legislatura termine e que possa haver alguma inversão, a nível nacional, que provoque também mudança a nível local, que é absolutamente necessária para a nossa população.

Tem-se dito que tem sido feito algum esforço a nível autárquico no que respeita à proteção dos nossos produtos locais. Fizemos críticas mas a propósito do pastel também demos uma nota positiva; um elogio pela sua certificação. Foi um assunto que foi conduzido por este Executivo Municipal e foi conseguido. Ao mesmo tempo que se faz a certificação do pastel não há uma atitude de colaboração e de apoio às empresas locais, aos empreendedores locais que efetivamente querem promover o pastel e isso preocupa-nos.

Pergunto o que está acontecer com um dos maiores dinamizadores e cartaz mais visível com prémios ganhos, a nível do pastel de Chaves, que é a Empresa “Prazeres da Terra”. O que tem acontecido para que esta empresa se sinta neste momento discriminada?

José Pimentel Sarmento do PSD – cumprimentou os presentes e disse que o PSD, o CDS e o PS estão de parabéns porque foram, efetivamente, os partidos que governaram o país durante estes 40 anos pós “25 de Abril”, quer a nível de autarquias, quer a nível de governo.

Também nos devemos regozijar com o «25 de Abril de Leste» que deu liberdade aqueles povos que viviam oprimidos/subjugados pela foice e pelo martelo.

Em relação à saúde devo dizer que estranhei a intervenção do Senhor deputado Manuel Cunha porque a coerência é uma das coisas que aprecio nas pessoas. O Senhor deputado sabe muito bem que andou aos ziguezagues na questão da saúde e fez um aproveitamento político, através de uma situação, possivelmente fabricada, para denunciar, e muito bem, a situação do Hospital de Chaves, que todos nós conhecemos. Sei que temos tido dificuldades com o Governo e na questão da saúde e do Hospital de Chaves não estamos sintonizados, nem aceitamos esta situação.



Há uma coisa que quero dizer ao PS. O Dr. Correia de Campos veio cá enganar-nos com uma série de promessas. Quando um senhorio tem uma casa que alugou mobilada e começa a tirar-lhe a mobília é porque quer por o inquilino fora. Foi o que fez o Partido Socialista. E não venham agora com desculpas sobre a saúde porque foram os senhores que tiraram daqui a maternidade, a central telefónica, a cozinha, a lavandaria; só faltou cortar a água e a luz. Há que reconhecer que quem abriu o buraco da saúde em Chaves foi o PS e estes senhores que agora estão no governo, que, por sinal são do meu partido, podiam ter feito um pouco melhor e não fizeram. Mas há uma coisa que nós não fazemos. É andar de braço dado com os ministros, nos hospitais, a fechar as maternidades. Estamos contra, dizemo-lo. Sabemos que este governo deu um milhão de euros para requalificar o bloco operativo de Chaves e que o Senhor Administrador do Centro Hospitalar, Carlos Cadavez, o desviou para onde muito bem entendeu. Estamos num país onde cada um faz o que quer.

Ainda ontem o Presidente da ARSN esteve em Chaves e ouve uma contestação muito forte dos autarcas, começando pelo Presidente da Câmara Municipal de Chaves; o que ele disse eu subscrevo por baixo. Não há reunião nenhuma do meu partido que eu não diga, olhos nos olhos, aos ministros, que não concordo com esta situação. Não ando de braço dado com ninguém e estou a pensar seriamente se devo tomar uma posição forte na campanha eleitoral para as legislativas, porque não concordo com isto. Agora não nos venham acusar porque quem abriu o buraco não fomos nós. Quem fechou o Hospital foi o Partido Socialista e tem de o assumir. O governo atual, com a desculpa da banca rota continuou na linha de orientação que vinha do governo PS, alegando que não tem meios.

O País atravessa uma época muito complicada e todos sabemos que nos estamos a libertar de uma situação que não fomos nós que a criámos nem nos sentimos responsabilizados por ela. O PS em relação à saúde não tem moral para dizer seja o que for e muito menos em relação ao país porque o vosso governo deixou-nos com a corda no pescoço, em que o dinheiro que deixaram nos cofres, dava para pagar apenas durante quinze dias de salários aos funcionários públicos. Hoje, apesar de discordar da forma como foi dito pela senhora Ministra das Finanças - diz que temos os cofres cheios. Acredito que assim seja e desejo que o dividam mais pelo povo.

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou os presentes e respondeu às questões colocadas.

Relativamente à intervenção do Senhor deputado Anselmo José Martins, sobre a reabertura das Termas, foi anunciado por mim que as Termas reabririam no dia 28 de março. Abriram no dia 3 de abril porque entretanto a vistoria que estava programada para antes da abertura, foi adiada e só foi feita no dia 1 de abril, facto que levou a este atraso na reabertura do Balneário.

O Balneário está aberto há vinte e cinco dias e tenho aqui os resultados em relação ao fecho do dia de ontem. Nestes vinte e cinco dias de 2015 já tem mais utentes e faturou mais do que no conjunto dos três meses de 2013. Os meses de fevereiro, março e abril de 2013 tiveram no conjunto, 491 utentes, na cura, no bem-estar e outros serviços. Nestes vinte e cinco dias de 2015 teve 590 utentes. Em termos de faturação no conjunto desses meses de 2013 faturou cinquenta e cinco mil euros e nestes vinte e cinco dias faturou cinquenta e nove mil euros, mesmo estando com promoção de 50%, quer no bem-estar, quer na cura. Desses utentes há um número



significativo pessoas que vieram pela primeira vez para as nossas termas. Quando estávamos com receio que se pudessem perder utentes, verifica-se que a recuperação atraiu gente nova. Certamente alguns serão flavienses que entretanto descobriram o Balneário das Termas de Chaves pela primeira vez.

Nestas inscrições 195 são de cura e 245 são de bem-estar o que demonstra que neste mês há mais gente registada na vertente SPA do que na vertente da cura. Se este vertente um dia passar de moda, naturalmente terá de se alterar a estratégia para continuar a valorizar o Balneário.

A requalificação do balneário e a promoção que foi feita chamou a atenção e atraiu mais gente, o que significa que estamos a recuperar e que o investimento terá sido bem feito.

Não há mudança de marca. As Termas de Chaves serão sempre as “Caldas de Chaves”. Houve uma estratégia de marketing, designando por Chaves Termas e SPA. Foi publicada legislação em que a designação “SPA” não pode ser utilizada indiscriminadamente. Só poderá ser utilizada por quem tenha água mineral; na cidade de Chaves só o Balneário é que pode utilizar essa designação. O mesmo não acontecerá no Balneário de Vidago porque o Hotel Vidago Palace antecipou-se no registo do seu SPA e com todo o direito dado que é esta unidade hoteleira que faz a exploração da água mineral. O Balneário de Vidago terá água cedida pela UNICER à Câmara Municipal de Chaves.

Em relação ao resto das sugestões apresentadas pelo Senhor deputado Anselmo ficam registadas e terão o tratamento adequado.

Estamos em abril e para mim também, de uma forma absolutamente convicta, “25 de Abril” e valores de Abril sempre. No dia 25 de abril de 1974 tinha catorze anos de idade e foi um dia confuso, com a minha mãe preocupada porque quer o meu pai quer os meus irmãos estavam fora e não sabia o que se passava. No entanto os dias seguintes foram de extrema alegria e ainda bem porque não é comparável, a qualquer título, a sociedade portuguesa de hoje, com a sociedade de 1974. Portugal terá sido um dos países do mundo que, em quarenta anos, mais evoluiu com a democracia, que nos trouxe todo este desenvolvimento e toda esta vontade de continuar a construir um Portugal melhor.

Sobre a análise da situação política feita pelo Senhor deputado Manuel Cunha, não subscrevo a forma como classificou o governo, mas subscrevo a análise política que fez. Essas críticas foram também explanadas pelo Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro. No que respeita à atuação do Governo em Chaves, concretamente, estou de acordo com a análise que foi feita. Este Governo foi bom para a Nação, na medida em que os índices económicos que Portugal tem hoje não são os mesmos que eram em 2011; a consideração que os nossos parceiros internacionais têm por Portugal e o nosso crédito junto deles não é nada comparado com o que era em 2011.

No que respeita a Chaves é verdade que temos hoje um Hospital mais desqualificado do que tínhamos em 2011; é verdade que perdemos a Unidade de Cuidados Continuados; é verdade que perdemos o Pólo da UTAD; é verdade que temos um Tribunal desclassificado. Tudo isso é verdade e também é verdade que não podemos dizer que entretanto Chaves ganhou algum serviço novo.

Como o Senhor deputado Higinio disse e bem, o “25 de Abril” não é propriedade de ninguém. É uma conquista do povo porque os militares de Abril, em funções



específicas, são povo. O desenvolvimento também não é propriedade de ninguém e tudo o que se possa fazer para melhorar a saúde e o acesso aos cuidados de saúde dos cidadãos, tudo o que se possa fazer pela educação e melhorar o acesso a ela, naturalmente que todos subscreveremos por baixo.

Às vezes para atingir o mesmo objetivo não vamos pelo mesmo caminho, mas o objetivo final é mais e melhor desenvolvimento para a nossa terra.

As funções das Autarquias não estão desvirtuadas. Vão continuar a ter de manter as infraestruturas básicas em bom estado de conservação e ampliá-las, nomeadamente bibliotecas, equipamentos desportivos e outros, para servir a população. Não houve aqui desvirtuamento.

Infelizmente algumas das infraestruturas do nosso concelho não estão bem, em particular as viárias. Isso deve-se tão só à situação financeira que estamos a passar. Já disse que não estamos na melhor das situações, em que temos dinheiro para continuar a fazer fortes investimentos, recuperar as infraestruturas e pagar a dívida em simultâneo; não havendo aumento de impostos/taxas, não pode haver milagres.

Registei as sugestões apresentadas pela Senhora deputada Zélia Valoura.

Não sei se me compete fazer este comentário ao Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro sobre a resposta que deu à Mesa quando esta lhe comunicou que o seu tempo de intervenção tinha terminado, dizendo «que há pessoas que não são muito permeáveis aos princípios de Abril». A democracia baseia-se no respeito pelas regras que estão estabelecidas e se a regra que está estabelecida diz que há um tempo para intervenção, quando alguém é chamado à atenção porque o seu tempo está ultrapassado, pode pedir mais uma tolerância, mas se essa tolerância não lhe for dada, porque já é um benefício acima do que está estabelecido, não deve acusar a mesa de falta de tolerância democrática. Cumprir regras é cumprir a democracia.

O Senhor deputado começou a sua intervenção por dizer o seguinte: o Boletim Municipal é o Jornal de propaganda do PSD. Se assim é, é muito fraca essa propaganda. Comparem o Boletim Municipal de Chaves com a generalidade dos Boletins Municipais do País, desde Câmaras do CDS às da CDU, que são elaborados com papel de excelente qualidade, com dimensão, com excelente impressão gráfica, a custarem muito dinheiro. Se fizerem isso verão que a qualidade do nosso Boletim é muito fraco, comparada com os demais. É muito infeliz/triste dizer que um Boletim Municipal, que traduz o que a lei determina, mais algumas das atividades que são desenvolvidas pela Câmara Municipal, é um jornal de propaganda política. O Boletim Municipal é, como o nome indica, o Boletim do Executivo Municipal e das suas atividades.

Pergunto ao Senhor deputado se é essa a interpretação do Partido Socialista para todas as Câmaras do País, sobre o Boletim Municipal que cada uma edita?

Na reunião havida com o Senhor Primeiro-Ministro em que estivemos presentes os Presidentes de Câmara do Alto Tâmega e a quem foi entregue um dossiê com um conjunto de situações que gostaríamos de ver satisfeitas em Chaves, obtivemos respostas positivas. O Senhor Primeiro – Ministro disse que teria em consideração as questões que lhe colocamos e que as iria analisar. Não foi por falta insistência e de oportunidade que as questões/sugestões/diagnóstico, que lhe colocamos, quer a ele, quer aos restantes membros do governo não obtiveram resposta positiva. Não misturo a governação nacional com a governação local e por isso é que há momentos



distintos nesta democracia constitucional que temos e há eleições diferentes, para órgãos diferentes, em momentos diferentes. Quando a ação do Governo não é meritória, localmente, como é o caso, dá jeito dizer que a Câmara tem aqui responsabilidades. Por outro lado se a ação do Governo fosse muito meritória, não acredito que a oposição dissesse que a Câmara estava a governar bem porque o Governo fez boas coisas em Chaves. O discurso em Vila Real poderá ser bem diferente na medida em que, ao invés de Chaves, Vila Real vê o seu Hospital melhorado, vê a sua Universidade melhorada, vê as funções do Tribunal reforçadas, mas também não vejo o Senhor Presidente da Câmara de Vila Real a dizer que graças ao Governo está a fazer uma boa governação. Também não acredito que o faça.

Todos sabemos que o Ensino Superior em Chaves, por falta de estratégia da UTAD está mal. Mas isso já vem de longe. Começou com Senhor Eng.º Branco Teixeira que nada conseguiu, apesar de ter comprado a quinta dos Montalvões em Outeiro Seco para esse fim. Não conseguiram os executivos do Partido Socialista, nas pessoas do Dr. Alexandre Chaves e Professor Altamiro Claro, que também o tentaram. Não o conseguiu o Senhor Dr. João Batista nos seus mandatos e não o consegui eu neste ano e meio que estou à frente da Autarquia. Devo dizer que para mim até foi uma deceção particular porque o atual Reitor fazia-se meu amigo e antes de desempenhar esse cargo tinha-me dito que iria ter uma atitude diferente em relação a Chaves. A verdade é que a primeira atitude que tomou, depois de ser Reitor, foi vir a uma reunião e dizer que ia fechar o Pólo da UTAD em Chaves. Num país que está a dizer que não se deve gastar dinheiro em betão, está a UTAD a concluir instalações novas, para alojar a Escola Superior de Enfermagem no seu campus universitário, quando lhe foram oferecidas as instalações de Chaves para criar aqui cursos ligados à saúde. A Escola de Enfermagem está a passar por dificuldades, à semelhança da generalidade dos estabelecimentos de ensino superior particular do país e até de algum ensino público do interior. Isto porque não há alunos. Algumas das escolas universitárias públicas do país ficaram com licenciaturas desertas, nomeadamente na área das engenharias. Não tiveram candidatos. A Escola de Enfermagem é particular e já não atrai tantos alunos quanto atraiu no passado. Todos sabemos que quando alguém consegue aceder ao ensino superior no setor público, não vai para o privado pagar propinas mais altas, apesar da Escola de Enfermagem de Chaves ter propinas baixas. Felizmente tem conseguido atrair alunos espanhóis porque se assim não fosse a situação seria muito difícil, certamente até com incapacidade de continuidade. A prazo, isso pode realmente vir a acontecer, a menos que a Autarquia sustente a Escola de Enfermagem, que as propinas fiquem a um nível muito baixo, e mesmo assim talvez não seja solução.

Há sempre uma certa tendência para se falar na falta de médicos nos hospitais mas a verdade é que em determinados casos há setores que não funcionam por falta de enfermeiros. São necessários mais enfermeiros. Em Chaves, neste pico de crise, em vez de ter os doentes acumulados em macas nos corredores poderiam ser internados em enfermarias que estão fechadas. Certamente isso não aconteceu por falta de enfermeiros, o que é lamentável. Infelizmente os enfermeiros portugueses para arranjar emprego têm de sair do País e isso também não ajuda a atrair alunos à Escola de Enfermagem.



Sobre o milhão de euros anunciado no Boletim Municipal para o Hospital de Chaves devo dizer o seguinte: numa das reuniões havidas no Ministério da Saúde, com a presença dos dois secretários de Estado, informaram-me da decisão da não criação da Unidade Local de Saúde, porque são contra o modelo, modelo esse que eu continuo a defender, não porque esteja convencido que é o melhor, mas porque é o modelo que nos dá autonomia e sem essa autonomia estamos sempre dependentes da boa vontade dos Conselhos de Administração.

Aproveito para informar que ontem houve uma reunião na ARSN e o Senhor Presidente não disse não nem sim. Disse nim. Na opinião dele o melhor é continuarmos integrados no Centro Hospitalar por causa dos médicos, mas se os autarcas e a população optaram pela Unidade Local de Saúde o assunto será reequacionado. O que ficou foi o nim. Recentemente foi empossado o membro que faltava no Conselho de Administração e foi-nos dito que esse elemento virá trabalhar para Chaves dois a três dias por semana.

O Ministério da Saúde não gosta do modelo da ULS e acha que as que existem no País não funcionam bem, opinião consubstanciada num estudo da autoridade Reguladora da Saúde, que diz que o modelo é mau.

Foi dito que o Hospital de Chaves iria ser diferenciado numa ou noutra especialidade, nomeadamente na ortopedia e que o Ministério iria atribuir um milhão de euros para remodelar um dos blocos operatórios. Foi ordenada a elaboração do projeto para esse efeito e foi dito que o milhão de euros seria transferido. O atual Presidente do Centro Hospitalar ironizou dizendo que o Presidente da Câmara de Chaves tem muito poder porque conseguiu um milhão de euros e ele não. Ironia das ironias, o milhão de euros chegou diretamente do orçamento do Ministério da Saúde e o Dr. Carlos Cadavez gastou esse dinheiro para pagar dívidas de medicamentos às farmacêuticas. Na reunião de ontem confrontei-o com isso a ele e ao Senhor Presidente da ARSN. Respondeu-me que iriam equipar uma das salas de radiologia do Hospital de Chaves que custa cerca de cento e cinquenta mil euros. Perguntei-lhe porque é que pelo menos parte do dinheiro que nos foi prometido para remodelar um bloco operatório, não foi gasto em Chaves a equipar, por exemplo, salas de radiologia, em vez de servir para pagar dívidas que, provavelmente, são na sua grande maioria, da Unidade Hospitalar de Vila Real. Encolheu os ombros.

A vossa indignação é a indignação do executivo municipal, resta-nos lutar para que as coisas aconteçam de forma diferente.

Sobre a proteção dos produtos locais registo o reconhecimento público da bancada do PS pela certificação do Pastel de Chaves. O cidadão proprietário da Empresa "Prazeres da Terra" vai fazer uma intervenção no final da sessão de hoje desta Assembleia Municipal, no período reservado ao público. A Empresa "Prazeres da Terra" é arrendatária de um Pavilhão no Mercado Abastecedor através de um contrato celebrado pela então Administração do MARC e ao mesmo tempo tem vindo a ocupar, sem qualquer tipo de contrato e sem pagamento de qualquer valor de renda, um pavilhão ao lado, que estava desocupado. A Empresa "Pastel Nor" ali instalada tem um projeto de investimento, apresentado aquando da visita do Senhor Primeiro Ministro a Chaves em 2012. Esse projeto candidatado aos fundos comunitários foi aprovado/financiado e implica a ocupação do pavilhão que a Empresa "Prazeres da Terra" pretende arrendar. A Administração do Mercado



Abastecedor, de então, entendeu que esse arrendamento seria feito à Empresa “Pastel Nor” e não aos “Prazeres da Terra”.

A Senhora deputada Zélia Valoura referiu a situação da poluição gerada precisamente por estas duas empresas que acabei de mencionar, no Vale de Salgueiro em Outeiro Seco. Essas empresas não tinham instalada uma unidade para separar as gorduras, antes de colocar o efluente na rede. Entretanto essas unidades já foram construídas e já estão em funcionamento, faltando apenas fazer a limpeza da linha de água por parte da Câmara Municipal.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que a questão da democracia vive-se, sente-se e tem de ser feita em todas as dimensões da nossa vida. Seria importante ser um pouco mais tolerante em termos de tempo porque o Regimento desta Assembleia Municipal foi feito de forma muito ciosa para que o PSD tivesse o máximo do tempo e o PS tivesse menos tempo. Mas verifica-se que o Senhor Presidente da Câmara não tem problemas de tempo. Há aqui um desequilíbrio que é manifesto.

Houve uma Assembleia em que fui acusado de ter dito que a Câmara tinha pedido dezanove milhões de euros quando só tinha pedido treze milhões. Mas eu apenas reproduzi o que está no Boletim Municipal de dezembro que diz: Governança: «Temos com total rigor e transparência exposto as dificuldades financeiras da Câmara Municipal e vamos recorrer a um empréstimo de saneamento financeiro no valor de 19.471.028,00€».

O PSD gosta de atacar o PS e algumas das críticas são fundadas mas não se agarrem ao passado. Pensem antes no futuro. Pensem que foram quatro anos perdidos na saúde. No caso da Maternidade hoje já não é uma questão de espaço, mas sim de falta de nascimentos. A própria Maternidade do Centro Hospitalar está com valores inferiores aos que foram considerados tecnicamente adequados. O grande problema de hoje é a falta de crianças.

No que diz respeito à saúde não pode haver resignação. Não pode haver conformismo e o que pedimos é que, se efetivamente não nos escutam, então façamos o que já anteriormente se fez - uma grande manifestação pública. Se o governo não quer saber de nós, se as promessas não são cumpridas, se não quer ter em consideração aquilo que são os legítimos interesses da população do Alto Tâmega, tenhamos nós a coragem de convocar as forças políticas da Região – Presidentes de Câmara, Assembleias Municipais, Presidentes de Juntas de Freguesia, Associações - e façamos de novo uma grande manifestação. Ou só interessava fazer uma grande manifestação quando o governo era do PS? Se na altura houve razões para se fazer uma grande manifestação, faça-se hoje e faça-se sempre, sempre que os legítimos interesses da população estejam em causa.

Antigamente o problema do Hospital era da gestão PS. Agora a gestão é PSD. O último vogal do Conselho de Administração do Centro Hospitalar acabou de ser nomeado e suponho que é um militante do PSD.

Se não querem que chamemos ao Boletim Municipal um documento de propaganda diga-se aqui tudo. Se havia um milhão de euros para o Hospital, se havia um compromisso do Primeiro - Ministro para o que eram as expectativas do Alto Tâmega, diga-se também aqui que não foi cumprido.

Os Presidentes de Câmara não conseguiram consolidar a UTAD em Chaves, mas a verdade é que ela acabou com Presidentes de Câmara do PSD. Isso não significa



que tenhamos de nos resignar e devemos explorar o que for possível junto de instituições privadas, cooperativas etc.

Sobre a Escola Superior de Enfermagem pergunto se já existem salários em atraso e se houve aplicações financeiras que saíram ruinosas.

O Senhor Presidente da Mesa disse ao Senhor deputado Nuno Ribeiro que o controlo de tempo está a ser regido por um Regimento que foi feito e aprovado pela Assembleia Municipal e por essa razão o Senhor deputado não pode levar a mal que lhe faça uma observação quando o tempo está esgotado. O controlo do tempo usado no período “Antes da Ordem do Dia” está contido ao próprio Grupo Municipal e a observação que o Presidente da Mesa fez foi dizer que o seu tempo tinha terminado/tinha excedido.

Entrou-se no “**Período da Ordem do Dia**”.

A ata número um referente à sessão ordinária, realizada no dia 25 de fevereiro de 2015, foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.

O *Senhor deputado* António Manuel Pires de Almeida pediu que fosse acrescentada a palavra “noção” na quarta linha do segundo parágrafo da sua intervenção. Foi feito *Posta à votação foi aprovada por maioria, com uma abstenção por ausência na última sessão.*

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL.

1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo

2 – Obras em Curso - Documento anexo

3 – Outras Atividades Relevantes - Documento em anexo.

Outras Informações:

Intervieram os seguintes deputados:

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – disse ter registado a informação do Senhor Presidente da Câmara a propósito da reunião do Conselho Municipal de Educação, em que dá a entender a sua discordância com o processo de encerramento das escolas do ensino básico.

Tem havido preocupações com aquilo que, nas escolas do ensino secundário, era apresentado como um modelo alternativo de ensino, para os alunos que tinham dificuldade. Começa a aparecer um modelo onde os professores e os alunos estão desmotivados, onde a qualidade do ensino pode dar sinais preocupantes de desinteresse, onde os poucos alunos que realmente querem aproveitar a parte válida do projeto, desse modelo alternativo de ensino, chocam com conflitos de colegas, com desinteresse dos profissionais. Pergunto se esse assunto foi debatido no Conselho Municipal de Educação porque é um sinal preocupante. Peço desculpa se não me soube explicitar bem mas achei que seria melhor levantar a questão mesmo que mal, do que ficar calado. Entendo que as Assembleias Municipais também devem refletir sobre isso.

Em relação à reunião havida com a ARSN a CDU entende que tem de ser feita alguma coisa. O Senhor Presidente da Câmara na última Assembleia Municipal deixou entender que até a esta sessão haveria novidades sobre a saúde.



A verdade é que há uma deliberação da Assembleia da República, tomada por unanimidade para a criação da ULS. Há uma pressão constante dos autarcas e a situação não é resolvida. Agora os responsáveis do Ministério da Saúde vêm dizer não à Unidade Local de Saúde, a menos que os autarcas queiram muito. Afinal eles estão a brincar com quem? Ou então é mais uma estratégia camuflada de dizer não, sem ter de dizer um não rotundo. Se eles querem ouvir os autarcas então eu subscrevo o desafio do Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro. Vamos todos para a rua - os autarcas e as populações. As questões essenciais da saúde não se resolvem sem romper o bloqueio financeiro que o Ministério da Saúde está a impor a todo o Serviço Nacional de Saúde.

O milhão de euros para Chaves foi gasto pela Administração do Centro Hospitalar para pagar dívidas porque os hospitais estão completamente subfinanciados e porque entenderam que Chaves iria contestar menos. Sem essa solução tanto faz ter Unidade Local de Saúde, Centro Hospitalar ou Hospital individual. Não há saúde que resista em Portugal.

Gostava que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse mais formalmente esta situação.

Sobre a questão dos sistemas de água a minha perceção é de que se vão fundir. O que as autarquias vão pagar à Empresa Águas do Norte, aparentemente vai ser menos em relação a Chaves. Mas como Chaves tem uma dívida grande e as tarifas que estão a ser aplicadas estão abaixo daquilo que as águas de Trás-os-Montes atualmente cobram, isso vai ter influência nas contas da Autarquia mas não no bolso dos consumidores. Inversamente no litoral, as autarquias vão aproveitar-se do facto do preço da água lhes aumentar para transferirem todo o custo do aumento para o consumidor. Ninguém vai ficar a pagar menos apesar de passar essa imagem na imprensa.

Tiago José Mata Morais Caldas do PS – cumprimentou os presentes e em seguida referiu a Unidade de Cuidados Continuados de Chaves.

Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara o que esteve em cima da mesa na reunião com a ARSN e qual foi o argumento para a decisão de não reabrir a Unidade de Cuidados Continuados de Chaves, em 2015. Tinha sido dito que não havia dotação orçamental para a sua reabertura antes. Também gostaríamos de perceber como é que está a parceria com a Santa Casa da Misericórdia e se esta continua a ser parceira no projeto da Unidade de Cuidados Continuados, ou se é a Cruz Vermelha; era importante perceber como está este processo e o envolvimento dos vários atores.

Pergunto ainda ao Senhor Presidente para quando está previsto convocar uma reunião do Conselho Municipal da Juventude porque houve apenas uma no início do mandato, que até nem teve quórum. Queremos saber qual a importância que a Autarquia dá aos jovens; se é com o Conselho Municipal de Juventude que pretendem construir políticas de juventude. Depois da intervenção do Senhor Presidente percebemos que a visão para o futuro é uma visão muito má. Não temos capacidade para fixar jovens, não temos ensino superior e é importante perceber porque não tem sido cumprido o que está regulamentado de haver pelo menos duas reuniões ordinárias por ano.



José Pimentel Sarmiento do PSD - disse ter ficado com a dúvida de que o Senhor Presidente alguma vez tivesse dito que o PSD local não fosse a favor da Unidade Local de Saúde.

Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se de facto alguma vez disse aqui nesta Assembleia Municipal que o PSD não era a favor da Unidade Local de Saúde.

À CDU, ao PS, ao CDS e ao MAI já lhes fiz um desafio. Ou se calavam de uma vez com a questão do Hospital ou ficam disponíveis para tomar medidas. Na altura ninguém se mostrou disponível, mas estão agora que estamos a cinco meses das eleições.

Quando fiz a proposta, na presença de todas as Assembleias Municipais do Alto Tâmega, a Senhora Dra. Paula Barros e a Senhora Dra. Isabel de Montalegre votaram contra. Quem votou a favor fui eu, o Senhor deputado Jorge França e o Senhor deputado Valdemar Carneiro do CDS/PP. Quando disse ao Senhor Dr. Manuel Cunha que estava a contar que fosse o meu braço direito na contestação ao governo de então, sobre a ULS e sobre o Hospital, o Senhor estava de férias no Algarve. Não estava presente. Agora não venham fazer aproveitamentos políticos porque na devida altura desviaram as responsabilidades.

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – pediu a palavra em defesa da honra.

É verdade que eu estava de férias no Algarve, mas quem ouviu o Senhor deputado Pimentel pode inferir que eu fui de férias para fugir de alguma coisa. Esqueceu-se de dizer que essa reunião foi realizada nos últimos dias do mês de Julho que é a altura em que costumo estar de férias.

Nunca invoquei o facto de ter sido nomeado adjunto da Direção Clínica para mudar a minha posição. Opus-me, como sempre o fiz, à criação do Centro Hospitalar. A CDU sempre votou todas as decisões a favor da Unidade Local de Saúde. Participei na Direção Clínica procurando em todos os momentos, reconheço que sem grande sucesso, que todos os hospitais, o de Chaves, o de Lamego e o da Régua, tivessem uma melhoria do seu funcionamento. Nada mais do que isso.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões que foram colocadas.

Antes, porém, disse que se a Mesa e os Senhores deputados estiverem de acordo, poderão alterar o Regimento da Assembleia Municipal e condicionarem o tempo do Presidente da Câmara. Que dará as respostas em função do tempo que for regulamentado.

O Senhor deputado Manuel Cunha referiu o encerramento de Escolas. Como sabem, no início do ano letivo que está a decorrer a DGEstE propôs-se encerrar todas as escolas com menos de vinte e um alunos do primeiro ciclo e menos de onze alunos para os Jardins de Infância. Foi possível negociar a manutenção de todos os Jardins de Infância, mesmo o de Rebordondo que só tem duas crianças e foi possível manter as escolas do 1º. Ciclo de Cimo de Vila da Castanheira e a de Mairos, com menos de vinte e um alunos.

Em relação aos cursos vocacionais que referiu, nunca houve menção especial no Conselho Municipal de Educação apesar de, por minha iniciativa, este Órgão estar enriquecido, relativamente aos anteriores. Não decorre da Lei que os Diretores dos Agrupamentos de Escolas façam parte do Conselho Municipal de Educação e até à nomeação do atual, nunca fizeram parte. Eram os professores, que, em minha



opinião, não representavam verdadeiramente porque após a eleição, não reuniam periodicamente com os professores do ciclo respetivo, numa espécie de Assembleia Geral, para poderem ser o porta-vos, no Conselho Municipal de Educação. Desta forma entendo que o Conselho Municipal de Educação não estava a fazer o diagnóstico correto da Educação no Concelho. São os diretores dos Agrupamentos que, em minha opinião têm melhor capacidade para o fazer. Nenhum dos Senhores diretores fez qualquer menção especial aos cursos vocacionais. De qualquer forma fica aqui o alerta e na próxima reunião do Conselho Municipal de Educação irei questioná-los sobre essa situação.

Sobre a Unidade Local de Saúde, apesar da Entidade Reguladora da Saúde dizer que o modelo não está a servir, reafirmo a minha firme convicção de que continua a ser o melhor modelo para a gestão da saúde no País. O problema não está no modelo, mas sim no financiamento do modelo e no subfinanciamento que a saúde está a ter no País. Não dá para entender porque é que Portugal tem muitas áreas com formação universitária em excesso, exceto no que diz respeito a médicos. Em Portugal há falta de médicos e também há aqueles que sentindo-se subvalorizados vão para fora porque lá ganham mais dinheiro. Houve um tempo em que dizíamos que o problema estava no anterior Conselho de Administração. Entretanto foi nomeado novo Concelho de Administração e durante um período demos-lhe o benefício da dúvida para ver se este fazia diferente. Não só não faz diferente como continua a fazer o que de mal o anterior fez. Afinal o problema está na estratégia nacional para poupar dinheiro com a saúde. Estamos sempre reféns dos Conselhos de Administração porque não temos autonomia e essa falta de autonomia, como disse e bem o Senhor deputado Pimentel Sarmento, reflete-se em muitas situações. O fim do Hospital Distrital de Chaves e a sua integração no Centro Hospitalar não foi mau só para a saúde. Também foi muito mau para a economia local. Todo o economato passou para Vila Real e todas as compras de bens são feitas em Vila Real, desde os medicamentos aos bens alimentares e outros.

Sobre a fusão das empresas de distribuição de água em alta do norte, entendo que esta foi a única medida que este Governo tomou a favor das populações do interior do país. Primeiro em vez de dezanove passa a haver cinco administrações. Quando a fusão se concretizar quem vai beneficiar são as câmaras municipais porque o défice de exploração anual que hoje temos – entre um milhão e duzentos mil e um milhão e quinhentos mil euros – vai ser reduzido. Não teremos muitas condições para baixar as tarifas aos consumidores porque se o fizéssemos o défice manter-se-ia na mesma proporção. Talvez possa vir a haver condições para fazer algum ajustamento, apesar de tudo, mas nunca na mesma proporção.

Lamento que os autarcas do litoral não estejam a ser solidários com esta medida e estejam a protestar. Provavelmente as Câmaras Municipais do litoral, que fazem a distribuição de água, serão obrigadas a aumentar algumas tarifas aos consumidores mas a verdade é que nunca ouvi os autarcas das áreas metropolitanas virem dizer que querem que os transportes públicos (carris, metro) que são empresas em que o défice de exploração é suportado pelo estado, sejam municipais. A essa falta de solidariedade associo a ANMP que, no seu conselho diretivo votou contra esta fusão das águas em alta. Um registo louvável para o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real que não alinhou na votação contra. Votou a favor da fusão no



seio do Conselho Diretivo por ser do interior e por sentir os mesmos problemas que sentimos nós.

Em relação à Unidade de Cuidados Continuados fui ao Porto a uma reunião, a acompanhar o Senhor Presidente da Cruz Vermelha de Chaves. A anterior Mesa da Santa Casa da Misericórdia enviou uma carta à ARSN dizendo que desistia da gestão da Unidade de Cuidados Continuados. Perante isso questionei o então Presidente da ARSN se aquela Unidade poderia ser gerida por outra IPSS, que não a Santa Casa, uma vez que esta tinha renunciado à sua gestão. Como o Senhor Presidente da ARSN disse que isso era possível, houve conversações com a Cruz Vermelha Portuguesa para saber se esta entidade estaria interessada em fazer a gestão. A Delegação de Chaves da CVP, acompanhada por membros da Direção Nacional reuniu com o proprietário do imóvel – a FLAVICÓRDIA – elaborou um plano de entendimento e apresentou na ARSN a manifestação de vontade de gerir a Unidade de Cuidados Continuados de Chaves. Nunca obteve resposta. O Senhor Vice-Presidente da Delegação da Cruz Vermelha marcou nova reunião e ligou-me perguntando-me se o poderia acompanhar, ao que anuí. Foi nessa altura que o Senhor Presidente da ARSN nos disse que não estava previsto abrir a Unidade de Cuidados Continuados de Chaves em 2015. O Governo falhou mais uma vez dado que os Senhores Secretários de Estado da Saúde e da Segurança Social tinham dito que em Janeiro, com o novo orçamento de estado, haveria condições para reabrir a Unidade de Cuidados Continuados. O Dr. Castanheira Nunes não devia ter dito que podia ser outra IPSS a fazer a gestão da Unidade, mas sim a Santa Casa da Misericórdia associada, eventualmente, com outra IPSS. Isto porque existe um acordo assinado entre a Santa Casa da Misericórdia de Chaves e a ARSN para a gestão da Unidade de Cuidados Continuados de Chaves.

Hoje, e perante a situação existente, coloco-me ao lado da atual Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, que já manifestou vontade junto da ARSN de voltar a gerir aquela Unidade. Estamos a torcer para que a Mesa da Santa Casa consiga reabrir o mais breve possível a Unidade de Cuidados Continuados de Chaves.

Registo e aceito a crítica feita pelo Senhor deputado Tiago Caldas sobre a falta de reuniões do Conselho Municipal de Juventude.

Mais do que falta de capacidade para fixar jovens, Chaves e o País têm falta de capacidade para gerar jovens. As projeções demográficas são alarmantes para Portugal e mais ainda para o interior. A versão mais otimista diz que o País vai perder um milhão e quinhentos mil habitantes e a mais pessimista diz que vamos perder quatro milhões de habitantes. É evidente que essa quebra populacional se vai sentir de forma particular no interior do País onde será, assustadoramente, superior. Com as atitudes que este Governo tem tomado, na linha de orientação dos anteriores, não é fácil fixar jovens.

O Senhor deputado João Miranda Rua pediu a palavra para aportar alguns esclarecimentos sobre o processo da Unidade de Cuidados Continuados de Chaves e disse:

“Sou Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Chaves há relativamente pouco tempo e sobre este processo eu falarei mais com o sentimento de flaviense.



Passados quinze dias de ter tomado posse, uma das primeiras atitudes que assumi, pela importância que tem para a população de Chaves, foi comunicar à ARSN que a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia deliberou, por unanimidade, a sua disponibilidade para gerir diretamente a Unidade de Cuidados Continuados de Chaves. Achei todo este processo muito estranho com o envolvimento de outras IPSS porque todo o compromisso e todos os acordos que existem, conforme o Senhor Presidente da Câmara fez questão de referir, são entre a ARSN e a Santa Casa da Misericórdia de Chaves. Quando fizemos essa comunicação à ARSN, à qual ainda não obtivemos resposta, tive o cuidado de dar conhecimento de todo este processo ao Senhor Presidente da Câmara fazendo-lhe chegar um pequeno dossiê com todos os elementos, para que ele, como representante máximo do Concelho, exercesse a sua influência junto da Entidade, para que o processo fosse desbloqueado, uma vez que o parceiro com quem a ARSN contratualizou e cujo contrato se mantém em vigor, embora numa situação de algum litígio, está disponível para reabrir aquela Unidade, com uma gestão diferente. A Santa Casa da Misericórdia, perante a ARSN era a entidade que geria a Unidade de Cuidados Continuados mas na modalidade de intermediária. Recebia as verbas e transferia-as para o proprietário do imóvel.

Quando a ARSN exigiu que fosse a Santa Casa a gerir diretamente a Unidade, o Provedor de então, encetou as diligências que entendeu mas não conseguiu reunir as condições necessárias para reabrir a Unidade de Cuidados Continuados. Este processo começou em Março de 2014. Entretanto foi publicado um compromisso do Governo com as IPSS que define o calendário e a relação das entidades que vão abrir em 2015 e 2016 e eu fiquei admirado porque nesse compromisso não constava, nem consta a Unidade de Cuidados Continuados de Chaves mas consta a abertura para 2016 de uma em Montalegre, com 40 camas.

Reconheço que reverter todo este processo é muito complexo. Só com muita influência e muita vontade política do Governo é que será possível que a Santa Casa da Misericórdia reassuma a gestão direta de todo o processo.

PONTO 2 - APROVAÇÃO DEFINITIVA DO PROJETO DE REGULAMENTO DE APOIO A INICIATIVAS REGULARES OU PONTUAIS, DE NATUREZA EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA, CULTURAL, SOCIAL E OUTRAS. INFORMAÇÃO Nº. 45/2015.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que o Regulamento em discussão substituirá o anterior, pretende ser mais simples e permite fazer uma análise qualitativa das associações e do seu mérito de desempenho naquilo que é a nossa avaliação.

As modalidades desportivas não são todas iguais e são aquelas que na realidade movimentam mais gente. Pelo anterior regulamento a atribuição dos subsídios estava um pouco distorcida. Poderão dizer que este regulamento confere um maior poder discricionário ao executivo municipal, o que é verdade, mas também é verdade que é o executivo municipal que depois é julgado se não estiver a aplicar os Regulamentos, devidamente.

Usaram da palavra os seguintes deputados:



Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves do PS – cumprimentou os presentes e disse ter ficado ainda mais confusa com os esclarecimentos dados pelo Senhor Presidente da Câmara.

Daquilo que se extrai do corpo do Regulamento, designadamente da sua parte final, diz que é revogado o Regulamento de apoio ao associativismo, que segundo o que aqui está, havia sido aprovado em reunião realizada no dia 18 de fevereiro de 2011. Sucede, porém, que a Câmara Municipal tem ainda disponível no seu site, o Regulamento de apoio ao associativismo desportivo, cuja aprovação data de 2013 e não de 2011. Perguntamos se continuamos com uma multiplicidade legislativa municipal, designadamente quanto aos regulamentos que referi, porque o corpo do texto, nomeadamente no que respeita à utilização de viaturas, remete para outra legislação municipal que regulamenta a utilização de viaturas e de equipamentos municipais.

Quanto a nós, Partido Socialista, a bem da transparência, da simplificação administrativa e do acesso cada vez mais generalizado que se pretende que os cidadãos tenham à política e à administração pública, entendemos que o mais lógico e mais salutar seria que houvesse apenas um único Regulamento que definisse bem todos estes apoios, nas múltiplas vertentes. A verdade é que isso não acontecesse e se nas palavras do Senhor Presidente o anterior Regulamento era muito criterioso, este de critérios, de objetivos, de concreto, não tem nada. E a questão não é de somenos porque se olharmos para o associativismo, nas últimas décadas, e também para aquilo que são, historicamente, as funções do estado, julgo que é inegável, para qualquer um de nós, que este Regulamento, no seu aspeto mais abrangente, se tem retirado, paulatinamente, de uma série de áreas, designadamente o apoio social, a cultura, o desporto, a assistência humanitária e a proteção civil. O estado está retirado de uma série de áreas e tem delegado essas funções em pretensos privados, privados esses que depois, sob a forma de IPSS, de associações e de clubes, prestam este tipo diversificado de atividades.

Portugal não é um país onde tradicionalmente haja um mecenato e uma filantropia grande. Temos um tecido empresarial muito insipiente a este nível e estas atividades, que deixam de ser estado e passam a ser executadas por associações, por clubes e por privados, acabam por ser na mesma executadas pelo estado de uma forma, a meu ver, perversa, que é esta forma dos protocolos, dos subsídios, dos apoios quer sejam logísticos quer sejam financeiros. E perversos no meu entender porque a utilização dos dinheiros e dos meios continua a ser pública, mas como são entidades privadas não há escrutínio democrático; há mais clientelismo e mais favorecimentos e menos transparência. Este Regulamento contribui para tudo isto que o Partido Socialista considera negativo porque é vago, pouco criterioso e não dá grande margem à salutar transparência.

O artigo 4º deste Regulamento diz que o mesmo se destina a quatro tipologias de apoios. Disponibilização ou utilização de infraestruturas, disponibilização da utilização de viaturas, de máquinas e outros equipamentos, apoio técnico e apoio financeiro. Quatro programas a que cada uma das entidades se pode candidatar. São seis as tipologias de entidades a que este Regulamento se destina. Instituições Particulares de Solidariedade Social; Associações ou Clubes; Entidades Públicas ou Pessoas Coletivas de Entidade Pública; Comissões Constituídas para promover a execução de



Festivais; Exposições, Festejos e atividades semelhantes; Associações de Jovens regularmente constituídas e outras Entidades legalmente constituídas. Percebe-se destes dois artigos que há aqui uma amálgama de entidades e diferentes tipologias de medidas. Julgo que será também pacífico ponderarmos que uma Associação Humanitária de Bombeiros e uma Comissão de Festas terão pouco que ver uma com e outra. Também será fácil de entender que uma Associação, como seja a Associação Chaves Viva, ou a Associação Chaves Social, ou o Clube de Cinema do TEF têm objetivos e tipologias claramente diferentes. Quando falamos de associativismo há que distinguir bem o tipo de associações de que estamos a falar, que volume tem, a que se destinam, se têm profissionais, técnicos remunerados enquadrados na sua atividade, ou se simplesmente trabalham por carolice e com voluntários, porque de tudo isto existe em Chaves. Existem das mais profissionais com grandes financiamentos, caso da EHATB que utiliza Juntas de Freguesia como barrigas de aluguer, que têm quadros de pessoal, a pequenas Associações que trabalham apenas com voluntários, com o dinheiro das quotas dos seus associados. É exatamente porque tudo isto existe no Concelho de Chaves que, a nosso ver, seria importante que para cada uma das medidas e para cada tipologia de associação houvesse critérios/ponderação; se percebesse, com base em que é que o Senhor Presidente da Câmara e o respetivo executivo irão financiar mais a atividade A ou B e não a atividade C ou porque privilegia mais determinado tipo de associativismo em relação a outro. Tudo isso seria mais fácil se a montante tivéssemos uma política municipal para o associativismo. Seria mais fácil perceber como é que o executivo vai atribuir estes apoios se este Regulamento trouxesse, no seu articulado, os objetivos que prossegue e pretende atingir. Também é curial neste tipo de legislação ponderar se há acumulações ou impedimentos que vedem o acesso de determinadas entidades a este tipo de apoios. Nada diz sobre incompatibilidades e acumulações e eu pergunto se será legítimo que haja entidades que para uma determinada atividade, ou para um determinado ano já recebam apoios públicos, via EHATB, via Junta de Freguesia, via fundos comunitários, se poderão acumular esses apoios com mais um apoio público municipal. Seria importante que estivesse especificado se há, ou não, possibilidade de acumular.

Também é normal que este tipo de regulamentos contenha penalizações quer para quem presta falsas declarações, quer para quem recebe dinheiro para determinados fins e o utiliza noutros. Este Regulamento não contempla penalizações. Dirão que remete para a lei geral, o que é verdade mas, de qualquer forma, devia estar aqui salvaguardado. Diz haver 60 dias para apresentação de candidaturas, mas nada diz sobre o prazo para a decisão sobre a candidatura nem para contestar essa decisão.

Era importante que houvesse um único regulamento para estas matérias, devidamente ponderado, com critérios, com percentagens, com montantes máximos e mínimos a atribuir e com valores disponíveis para atribuir. Nada é dito neste Regulamento, contrariamente ao anterior de 2013, que continha todas essas informações. É vago por opção política.

Se as questões que colocamos não forem devidamente explicadas o voto do Partido Socialista será contra.

Manuel Justino Matos Cunha da CDU – disse que, no essencial, subscreve a intervenção da Senhora deputada Brigitte.



Gostava de chamar a atenção do Senhor Presidente da Câmara para a frase que utilizou quando disse: «aumentámos o grau de arbitrariedade de decisão da Câmara e seremos julgados pelo povo», que no meu entender não é correta, em democracia. Se houve uma simplificação dos processos foi porque se considerou que haver normas mais ou menos definidas funcionou mal, foi incorreto? É preciso liberalizar as normas? Gostava de perceber isso. Sabemos que à volta disso há geralmente dois aspetos. Um clássico que já vem de longe e que é o financiamento que a Autarquia, tradicionalmente, deu ao futebol profissional sempre com a desculpa do apoio às camadas jovens, mas que depois acabava por financiar o futebol profissional, situação com a qual a CDU está totalmente em desacordo.

A Autarquia pode apoiar na manutenção do estádio, no fornecimento de energia elétrica e água e tudo isso significa uma enorme ajuda que acaba por reverter também para o futebol profissional.

O TEF tem tido um papel importante, em termos da promoção de Teatro e de Cinema, nas instalações do Cineteatro Bento Martins. Uma forma simples, barata e eficaz em que a Autarquia pode apoiar e colocar nos seus regulamentos, em especial no que se refere à cultura é assegurar 50 bilhetes, por exemplo, sempre que houver a iniciativa de exhibir uma peça de teatro. Esses bilhetes serão distribuídos pelas freguesias ou nas escolas e pode haver aí muitos mecanismos de dinamização da adesão do público a estas atividades culturais. Este é um exemplo concreto da forma em que a Autarquia pode financiar iniciativas na área do Teatro.

Para evitar situações menos claras os regulamentos devem definir as situações de uma forma clara para que o escrutínio possa ser correto e transparente.

Carlos Afonso de Moura Teixeira do PSD – cumprimentou os presentes e disse que este Projeto de Regulamento esteve em discussão pública durante quinze dias úteis mas que, infelizmente, não houve ninguém que viesse aportar sugestões/observações às temáticas contempladas e ao seu articulado.

Mais do que lamentar a falta de participação no processo creio que seria pertinente começar a perceber quais as formas que temos para mobilizar a sociedade. Estamos no mês de Abril, foram aqui feitas excelentes referências a um momento tão importante da nossa cultura democrática - o “25 de Abril” - e penso que não seria de excluir a possibilidade de estudar a realização de um Fórum municipal com as organizações/associações, onde todas as direções dessas organizações/associações, clubes desportivos, IPSS, tivessem assento e dessa forma possam contribuir para a elaboração e melhoria deste tipo de documentos.

O senhor Presidente é um homem corajoso, um democrata. É uma pessoa que enfrenta os debates, as dificuldades e certamente seria importante para a democracia municipal a realização desse Fórum onde este tipo de documentos recebesse contributos de todos os participantes. A Sociedade civil flaviense existe, é ativa mas a verdade é que fica alheia e depois quando os documentos são apresentados em debate a dinâmica da sua alteração é condicionada, parecendo sempre que a sua apreciação é política.

Fui dirigente da Associação Musical da minha freguesia e a minha primeira preocupação foi requerer o Estatuto de Utilidade Pública que obriga estas entidades à apresentação de contas todos os anos. Nessa altura, como dirigente associativo



procurei um ponto de contacto com a Câmara Municipal e não foi possível; nunca tivemos qualquer apoio para iniciativas culturais.

Entendo que este Regulamento é um documento feito com transparência que contribui para a credibilização da Câmara Municipal. Exige dos requerentes a apresentação da cópia dos Estatutos atualizados e da Prestação de Contas referentes ao último exercício e eu tenho dúvidas que o Executivo Municipal aprove qualquer apoio a uma entidade que não tenha as suas contas aprovadas pelos Órgãos competentes. Estas são condições de transparência, de democracia e de justiça e não fica omissa a identificação dos utilizadores dos bens públicos, dos seus beneficiários e localização da utilização dos apoios concedidos.

O Regulamento obriga agora à existência de uma política orçamental que lhe dê cabimento. A partir de agora será impossível, a qualquer executivo municipal, não cabimentar e alocar a respetiva dotação financeira que dê corpo e forma a este Regulamento.

Também nos congratulamos que, no seguimento de outras iniciativas democráticas e transparentes como “Dar Voz ao Munícipe”, “Orçamento Participativo” e agora este “Regulamento”, estão a ser dados passos muito importante no sentido da transparência e da democracia, num período em que os recursos financeiros são escassos.

Este Regulamento não condiciona percentualmente a cabimentação a cada atividade. De facto poderia existir aqui uma percentagem para o futebol, para o desporto, para a saúde, para apoios sociais etc. mas isso teria como consequência que iniciativas promovidas por associações com mérito, não tivessem dinheiro. Desta forma a responsabilidade do Executivo é grande e promove a mobilização da sociedade civil, em torno de outras causas sociais, de bem-estar, de saúde, de educação, de cultura, de recreação e lazer, de apoio aos mais carenciados, aos idosos, aos jovens; é grande o leque de oportunidades, livre de qualquer constrangimento percentual.

Senhor Presidente este Regulamento responsabiliza-o e responsabiliza-nos também a nós Grupo Municipal do PSD, que vamos votar favoravelmente.

O **Senhor Presidente da Câmara** disse subscrever o que disse o Senhor deputado Manuel Cunha na medida em que, naturalmente ser-se eleito não é, depois da eleição virar ditador e não respeitar as normas e as mais elementares regras da democracia.

Na minha primeira intervenção disse que me revejo nos valores de Abril e os valores de Abril são isso mesmo.

O Senhor deputado Carlos Afonso interpretou claramente o objeto deste documento em apreço na medida em que, sendo mais simples, porque a discricionariedade não é beneficiar o A ou o B, mas sim colocar os poucos recursos em quem mais merece.

O Regulamento foi elaborado, esteve durante quinze dias úteis em discussão pública e a verdade é que ninguém participou. Mesmo de entre os membros do Executivo Municipal ninguém apresentou sugestões que levassem à sua alteração, tendo sido aprovado na Câmara, por maioria, com uma abstenção.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 44 votos a favor, 11 abstenções (4 do MAI, 2 da CDU, 1 do CDS e 4 Presidentes de Junta) e 13 votos contra (11 do PS e 2 do MAI). Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.



A **Senhora deputada Brigitte Raquel Bazenga** do **PS** apresentou a seguinte declaração de voto: "O Grupo Municipal do Partido Socialista votou contra esta Proposta de Regulamento porque, e daquilo que tinha resultado da intervenção feita sobre o mesmo, o Senhor Presidente da Câmara não obstante fazer autoelogio do seu espírito democrático, conseguiu fazer uma intervenção sobre este Regulamento em que não respondeu às mais básicas questões que lhe foram colocadas por uma deputada municipal, em nome de um Grupo Municipal. Quando na intervenção que o antecedeu foi frisado que o sentido de voto de um determinado grupo aguardava a resposta a algumas questões e alguns esclarecimentos e nem sequer a essa intervenção o Senhor Presidente se referiu e por essa razão, efetivamente o sentido de voto não poderia ser outro. A título de comentário não podemos deixar de dizer que se é para ser à mercê daquilo que o Executivo Municipal considera ser quem merece ou não, não é preciso qualquer Regulamento. Cada um faz um requerimento, diz quanto quer ou o que precisa e o Executivo decide se merece ou não merece. O que este Regulamento especifica como sendo obrigatório entregar e que segundo o Senhor deputado do PSD é tão importante e tão criterioso, é tão só aquilo que a lei exige. Não podia ser de outra forma.

Quanto à discussão pública há metodologias que certamente ao fim de 41 anos vale a pena por de parte. Em nome da participação e dessa discussão pública salutar, à semelhança do que se faz para avisar da apresentação de livros e de eventos, se forem enviados emails, por exemplo, aos deputados municipais sobre matérias que estão em discussão pública, eventualmente essa discussão será feita de forma mais participada.

Há autarquias e municípios muito democráticos onde existem coisas como: gabinetes de apoio ao associativismo, conselho municipal de associativismo e registo municipal das associações de clubes".

O **Senhor deputado João Madureira** do **MAI**, apresentou a seguinte declaração de voto: " não é bem uma declaração de voto, aquilo que vou apresentar. Perguntou quantos votos houve a favor e quem votou a favor sobre a votação do ponto anterior. Essa contagem de votos a favor não foi feita e, em seu entender as pessoas que votam "a favor" devem manifestá-lo pondo o braço no ar. Disse que de futuro devem ser contados também os votos a favor porque por vezes poderá não estar reunido o quórum mínimo para aprovar as propostas".

Em seguida repetiu-se a votação do ponto anterior para encontrar os votos a favor.

O Senhor Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos para o almoço e comunicou que os mesmos serão retomados às 14,00 horas.

PONTO 3 – REGULAMENTO DO REGIME DE ACESSO À HABITAÇÃO MUNICIPAL. – INFORMAÇÃO/PROPOSTA 53/SHS/Nº 18/2015.

O **Senhor Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção dizendo que discricionariedade para ele é sinónimo de liberdade e sinónimo de responsabilidade.

Este Regulamento é apresentado com vista a uma melhor preparação para a difícil tarefa de avaliar, em cada momento, quais são as famílias mais necessitadas na área da habitação social, à medida que vão ficando casas disponíveis. Normalmente o Parque Habitacional da Autarquia está ocupado, mas de vez em quando, pelas diversas razões, há apartamentos que ficam livres. Nessa altura, em função do Regulamento em vigor, essas habitações serão entregues às famílias que reúnam as condições para poderem usufruir delas.

Este Regulamento também vai permitir que em situações pontuais a Câmara Municipal, nas circunstâncias mais diversas, às vezes decorrentes de processos de proteção civil, ou outras muito especiais, possa alojar famílias. De salientar que a



Segurança Social também dispõe de Regulamentos desta natureza e, nessas circunstâncias, há sempre partilha de informação para em conjunto poder agir e resolver situações de grande necessidade.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – pediu esclarecimentos sobre algumas matérias em discussão para tentar perceber da eficácia e abrangência desta proposta.

Não conheço qual é neste momento o Parque Habitacional da área social que o Município tem. Não sei onde está localizado, qual a tipologia que tem, a idade e qual o estado de conservação em que se encontra. Se necessita de alguma intervenção e de que tipo de intervenção carece. Desse Parque gostaríamos de saber aquele que está destinado ao arrendamento e o que pode ser vendido. Gostaríamos de saber que contratos existem, há quanto tempo existem e qual é o valor de cada uma das rendas, para podermos perceber qual a relevância que essa matéria tem. Também gostaríamos de conhecer o grau de cumprimento ou incumprimento relativamente a arrendamentos sociais para percebermos as dificuldades sociais que existem. Perceber qual é a área que precisa de uma intervenção maior e se é necessário que o município, por esta via, possa assumir novas responsabilidades, ou não, e de que forma elas se articulam com a entidade primeira que tem a principal responsabilidade em matéria social - o Estado.

Supomos que o Senhor Presidente não tem disponível a informação toda que pedi, mas gostaríamos que nos fosse facultada mais tarde para, de forma mais fundamentada, poder tomar posições nesta matéria. Quanto ao clausulado do Regulamento em apreço não temos considerações a fazer.

Carlos Afonso de Moura Teixeira do **PSD** – disse que como flavienses devemos ter orgulho no parque habitacional construído no Concelho, que protege os mais desfavorecidos numa área tão primordial como é a habitação.

Este Regulamento, nomeadamente na questão do conceito de família, que o Senhor Presidente da Câmara referiu e que aqui está muito bem definido, sendo um conceito abrangente, moderno, que não exclui ninguém em função da sua orientação, o que é de realçar. Acautela a questão das situações excecionais nomeadamente as vítimas de violência doméstica, que são dramáticas, a situação de famílias monoparentais, os menores e as pessoas com deficiência.

Na página três do presente Regulamento é admitido, sem qualquer reserva o apoio a situações de vulnerabilidade social, assumindo a resolução de múltiplos problemas sociais muitos deles despoletados pela atual crise económica e financeira.

Salientamos a unanimidade que o presente Regulamento acolheu no Executivo Municipal.

O Grupo Municipal do PSD vai votar favoravelmente esta Proposta.

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu dizendo que o que está em discussão é o Regulamento do regime de acesso à Habitação Social Municipal e não o retrato social do Concelho.

Se for obrigação da Câmara fazer o retrato social e económico de tudo o que diz respeito ao Concelho, o trabalho da oposição é só analisar aquilo que lhe é fornecido porque trabalho de pesquisa e de procura de necessidades não é necessário.

Como sabem a Câmara Municipal tem quatro Bairros Sociais. O Bairro Social de Casas dos Montes, O Bairro Social dos Aregos, o Bairro Social conhecido por Bairro



Verde e o Bairro Social de Vidago. Estão disponíveis para aquisição, por parte dos inquilinos, as frações do Bairro Social de Casas dos Montes e as frações do Bairro Verde. Não está à venda qualquer fração do Bairro Social dos Aregos nem do Bairro Social de Vidago. O cálculo do valor da renda obedece a fórmulas que nos são fornecidas pelo Instituto Nacional da Habitação, às quais não se pode fugir. Em função do rendimento do agregado familiar assim é calculada a renda, que não é definitiva. Os Senhores deputados acompanham, com a devida atenção, o trabalho da Câmara Municipal consultando as atas que são publicadas através da sua página oficial e certamente reparam que, em período de crise, é habitual fazer baixar as rendas em função da alteração da situação económica dos agregados familiares. Se um agregado familiar vê os seus rendimentos diminuírem, porque um membro perdeu o emprego, ou por outra situação imprevista, passa a pagar uma renda muito inferior. Essas situações são recorrentes e as atas das reuniões de Câmara demonstram isso. Fora do Parque Habitacional da Autarquia e no âmbito do regulamento de apoio às rendas, também surgem frequentemente pedidos de pessoas que solicitam ajuda à Câmara Municipal para pagar a sua renda de casa. Nesses casos a Câmara apoia durante seis meses a um ano essas situações de necessidade, pagando parcialmente o valor contratualizado.

As necessidades de reparação existem, estão identificadas e vamos candidatar-nos ao Novo Quadro Comunitário de Apoio, para fazer alguma requalificação do Parque Habitacional propriedade da Câmara Municipal, sobretudo ao nível da eficiência energética porque é nessa vertente que existirão verbas significativas para investimento.

O senhor deputado Nuno Vaz fez várias perguntas sobre o Parque Habitacional às quais se torna difícil responder de imediato. Sugiro ao Senhor deputado que faça perguntas objetivas à Mesa, por escrito e como é habitual ser-lhe-ão dadas as respostas também por escrito.

Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que na sua intervenção anterior se esqueceu de dizer que discricionariedade não se confunde com arbitrariedade. Discricionariedade é escolher a melhor opção entre as várias tecnicamente disponíveis. Quando não se coloca critério nenhum na decisão é arbitrariedade.

Desconhecia que os membros da Assembleia Municipal não têm direito de pedir informação à Câmara Municipal no âmbito de uma discussão. A Lei 75/2013 de 12 de setembro diz o contrário.

Qualquer Regulamento tem de ter uma fundamentação técnica, económica e social e estamos a falar num Regulamento desse domínio. Para se fazer um Regulamento é porque há necessidades, motivações, fundamentações e objetivos que devem ser prosseguidos e só conhecendo a realidade da matéria a regulamentar é que podemos tomar uma decisão sobre esse assunto. Ficava bem ao Senhor Presidente dizer que a informação de que dispõe foi a que deu e que a demais será facultada mais tarde, até porque é uma matéria em que todos vamos estar de acordo.

O requerimento será feito e entregue na Mesa.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro que não é quem quer ter razão e quem quer ter a última palavra que tem razão. A razão impõe-se com os factos.



Vou ouvir a gravação para ver se na minha intervenção utilizei a palavra arbitrariedade. O que eu disse foi que o Regulamento anterior era mais discricionário. Não disse que era mais arbitrário. Não podem colocar na minha boca palavras que não proferi. O que eu disse foi: «discricionalidade para mim é sinónimo de liberdade e sinónimo de responsabilidade». Entendo que é muito mais simples quando uma coisa é absolutamente estanque, como é o caso deste Regulamento, para o cálculo das rendas, em que se aplica uma fórmula e o resultado é o que a fórmula der. Desta forma será possível apoiar em situações extraordinárias, discricionárias, mas que se entendem necessárias.

No ano de 2014, perante a situação financeira que atravessamos, não foi possível dar nenhum subsídio aos clubes desportivos do Concelho. No ano em curso já foi possível retomar a atribuição de subsídios.

Eu não neguei o direito à informação. O que eu disse foi que sendo muita informação pedida não tenho condições para a fornecer neste momento. Mas se o pedido entrar por escrito, de uma forma objetiva, a resposta será também mais objetiva e será dada da mesma forma. Não estou a negar informação para evitar que a Assembleia possa julgar o Executivo Municipal. Apenas pedi objetividade e quando fazemos um discurso escrito somos sempre mais objetivos do que num discurso oral.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 4 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO. ANO 2014.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

João Augusto Madureira Ferreira do MAI – disse que pela leitura do relatório, mais precisamente a página 2.7 em que diz: «no caso particular do Município de Chaves, tendo em consideração que só o Partido Social Democrata e o Movimento Autárquico Independente detêm pelouros e poderes delegados, são titulares de direito de oposição, nos termos do artigo 3º da Lei, o Partido Socialista, o Partido Popular e a Coligação Democrática», ficou com a impressão que o MAI, enquanto membros da Assembleia Municipal, basicamente não existe.

“Para não cometer nenhuma inconfidência e para que fique definitivamente claro, vamos por as coisas como elas realmente são: O MAI, enquanto tal, não detém nenhum pelouro. O cargo executivo foi atribuído ao Senhor João Neves e só a ele diz respeito. Não existe nenhum documento assinado pelos eleitos do MAI relativo a um acordo. A haver alguma espécie de acordo ele apenas existe no âmbito do executivo camarário pois é aí que reside, efetivamente, o poder. É aí que está o Senhor João Neves. Recordo que o citado acordo se circunscreveu ao executivo camarário porque na Assembleia Municipal não é necessário. Aqui o senhor Presidente da Câmara tem maioria absoluta. Aqui a sua maioria chega e sobra. Pena é que no executivo ela seja tão escassa. Convém lembrar que o acordo de interesses estabelecido entre o Senhor Presidente e o Senhor João Neves, apenas surgiu após a aprovação de uma auditoria externa às polémicas e inconstantes contas da autarquia. Curiosamente, ou talvez não, só após este facto é que o acordo foi cozinhado e rapidamente celebrado entre, lembro outra vez, o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor João Neves.



Curioso é o facto de a proposta então aprovada ter ido parar ao caixote do lixo, sendo aprovado um outro documento em sentido contrário. Deu-se o dito por não dito. Tudo voltou à opacidade. A auditoria continua a ser o calcanhar de Aquiles deste executivo camarário. É à roda dela, que tudo gira. Curioso é que o Senhor Presidente fuja da auditoria como o diabo da cruz. Para sermos inteiramente sinceros não atinamos com a razão objetiva. No entanto o Senhor Presidente lá terá as suas razões. O Senhor diz que são razões puramente económicas o que é, pelo menos, risível. Nós pensamos que é, essencialmente, por razões políticas de tentar esconder o sol com a peneira. Quem não deve não teme.

Para terminar recorro a propalada simpatia do Senhor Presidente pela política da transparência e da honestidade e lembro que foi promessa do MAI, durante toda a campanha eleitoral, nomeadamente por parte do Senhor João Neves efetuar uma auditoria externa às contas da Câmara de Chaves. Eu ouvi-lhe essa promessa dezenas de vezes. Estava ao seu lado. Mal chegado ao poder o Senhor João Neves depressa se esqueceu da promessa, trocando-a por um prato de lentilhas, mas nós, os eleitos do MAI, não. Nós defendemos ideias e princípios. A nossa honra, os nossos princípios e a palavra dada não estão à venda.

Senhor Presidente, com Estatuto ou sem Estatuto de Oposição, pautaremos a nossa conduta política pela defesa da verdade e só com ela fazemos acordos. Na política não pode valer tudo”.

Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – disse: globalmente, de forma geral, o Estatuto do Direito de Oposição tem, efetivamente, sido cumprido e temos sido chamados a participar seja através de informação, seja através de consulta prévia, nos assuntos mais relevantes, sobretudo nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento.

No entanto existem alguns aspetos em que entendemos poder ser melhorada essa participação e esse respeito pelo Estatuto do Direito de Oposição. Dessa forma gostaríamos que as atas das reuniões de Câmara fossem sempre publicadas no site do Município, com mais tempestividade. Já aconteceu querer consultar determinada ata e não a encontrar na data devida. Isto é: logo que seja aprovada e tenha eficácia. Isso para nós é importante para conhecermos os assuntos que são discutidos.

Deixamos idêntica sugestão para as atas da Assembleia Municipal em que por vezes, a sua publicitação não é atempada.

Também entendo que o Regimento da Assembleia Municipal podia estar publicado no site do Município. E num ou noutro projeto de maior relevância financeira, económica ou social, também os partidos podem ser consultados. Esta não é uma crítica; é uma sugestão para o futuro.

Embora isto não tenha nada a ver com o Estatuto do Direito de Oposição gostaríamos que o executivo marcasse algumas visitas a edifícios municipais como o Centro de Incubação das Indústrias Criativas, O Balneário das Termas de Chaves, o Balneário das Termas de Vidago, para que a oposição possa conhecer as valências, a utilidade e a relevância dessas instalações para podermos servir melhor a causa pública.

Crítico a reiterada recusa que o Senhor Presidente da Câmara tem manifestado em facilitar informação sobre as ordens de pagamento dos pagamentos que são feitos pelo Município de Chaves. Esse é um direito que a oposição tem. Há municípios onde isso é feito de forma regular. Isso é muito relevante.



Há alguns documentos contabilísticos em que, provavelmente, terá de ser equacionada a possibilidade de ter um formato diferente para terem leitura.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões que lhe foram colocadas e recomendou à Mesa da Assembleia para que logo que receba as atas da reunião de Câmara as faça chegar aos elementos que constituem a Assembleia Municipal, por via eletrónica. A última ata publicada na página oficial da Autarquia data de 20 de abril de 2015.

Se por um lado compreendo a crítica do Senhor deputado João Madureira, por outro lado não me parecem muito corretas outras críticas ao verificar que elementos que fazem parte do executivo municipal não fazem chegar a informação diretamente aos membros do seu Partido, nomeadamente àqueles que fazem parte da Assembleia Municipal.

A página do Relatório que o Senhor deputado João Madureira referiu transcreve a lei que diz que «quando em sede de elaboração do Orçamento Municipal, nos termos do Estatuto do Direito de Oposição, todos os Movimentos de Cidadãos Independentes e os Partidos da Oposição representados na Assembleia Municipal, devem ser ouvidos, desde que não façam parte do executivo em regime de permanência».

Dado que o cabeça de lista eleito pelo MAI tem atividade executiva em regime de permanência na Câmara Municipal, só nessa circunstância é que não foi ouvido. O MAI continua a ser oposição e ninguém lhes retira o direito de ser ouvido nos termos da legislação em vigor.

Os demais partidos aqui representados foram ouvidos.

Quanto ao acordo que foi assinado o Senhor João Neves não esteve sozinho. Fez-se acompanhar do mandatário da candidatura Senhor Agripino e por outro membro da candidatura do MAI. Não sou eu que tenho de questionar se tinham ou não, legitimidade.

Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse que a ata da Câmara Municipal de 24 de outubro de 2014 não está publicada e sugeriu que as atas da Assembleia Municipal sejam melhor identificadas aquando da publicitação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 5 – DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE “IBERÁGUAS – ENGARRAFAMENTO DE BEBIDAS, LDA. PROPOSTA Nº 22/GAP/2015

O Senhor Presidente da Câmara antes de fazer a apresentação da proposta em apreço referiu o ponto anterior para dizer que os Senhores Vereadores do Órgão Executivo Municipal não fazem as suas declarações de voto no momento. É-lhes facilitado fazer a declaração de voto em casa, com toda a tranquilidade e é transcrito em ata aquilo que entendem, sobre as matérias que são analisadas e discutidas.

Imagino que isto não acontece na grande parte dos municípios do País, o que demonstra que não se quer esconder nada; não se quer limitar a liberdade a ninguém. O que vai para as atas é aquilo que as pessoas verdadeiramente pensam.

Sobre o assunto deste ponto, infelizmente a sociedade que a Câmara Municipal constitui com a empresa Águas de Carvalhelhos não teve sucesso. Dos furos feitos na zona da concessão em Vilarelho da Raia só um é que deu caudal para exploração, apesar do esforço feito pela Empresa Águas de Carvalhelhos, que



assumiu toda a parte financeira do investimento, em função do acordo estabelecido. A Câmara Municipal apenas entrou com a concessão.

A IBERÁGUAS foi constituída em 2002 em continuidade ao que tinha sido negociado pelo executivo municipal anterior. A sua dissolução, como todo o percurso até esta data, não acarretou qualquer encargo financeiro para a Câmara Municipal.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

António Manuel Pires de Almeida do PS – disse que a Sociedade IBERÁGUAS foi constituída em meados dos anos noventa com base na concessão das Águas de Vilarelho da Raia que estavam na posse da Câmara Municipal há muitos anos, sem ser exploradas. Brotavam naturalmente através do furo da “FAXA” mas sem qualquer rentabilidade.

“Em meados dos anos noventa a Câmara Municipal de então, constitui uma sociedade com a Empresa Águas de Carvalhelhos em que o principal proprietário e administrador era o Dr. José Lavouras, que tinha uma perspectiva de grande investimento, com um plano de exploração extraordinário. Começou por fazer furos de pesquisa que foram altamente rentáveis mas a estabilização físico-química do recurso não teve capacidade de exploração. Durante muito tempo fez-se a tentativa de caracterizar este recurso, sem resultado. Entretanto ele faleceu e o plano que ele tinha traçado para a Empresa, através de outros furos de pesquisa, foi abandonado pelos herdeiros. Passados todos estes anos penso que pouco ou nada mais se fez, para além de algumas análises para verificar a estabilidade da água.

É com tristeza que vejo, neste momento, extinguir uma empresa que se iniciou com uma grande perspectiva de desenvolvimento para o Concelho. Importa salientar que, com esta extinção, essa perspectiva estará totalmente fora de questão.

Pergunto se a concessão se mantém na posse da Câmara Municipal de Chaves e qual é a perspectiva de futuro? É evidente que importa encontrar novos parceiros porque quando foi feita a opção Águas de Carvalhelhos, em detrimento da Empresa Vidago, Melgaço e Pedras Salgadas, cujo Presidente do Conselho de Administração na altura era o Senhor José Sousa Sintra, e que se mostrou altamente interessado neste recurso, foi com a ideia de que Carvalhelhos não tinha águas mineromedicinais gazo carbónicas naturais e seria, portanto, uma vertente que lhe faltava. Por essa razão o executivo de então entendeu que teria muito mais probabilidades de êxito a Sociedade com as Águas de Carvalhelhos. Será que a UNICER não estará interessada neste recurso?

O Senhor Presidente da Câmara informou o Senhor deputado António Almeida que na proposta em análise está a resposta às perguntas que fez.

A concessão de exploração da água mineral já tinha sido feita pela Empresa IBERÁGUAS. O que foi dado não foi uma concessão de exploração mas sim uma licença para pesquisa, pela Direção Geral de Geologia e Energia. Só depois de aprovada a pesquisa é que há licença para exploração. Ao falhar anos consecutivos a pesquisa, porque não cumpriu o programa, e ao não ter obtido a licença para exploração, a IBERÁGUAS perdeu a concessão da pesquisa. A Câmara Municipal já requereu à Direção Geral de Geologia e Energia autorização para voltar a fazer pesquisas, cujo estudo está sob a responsabilidade do senhor Professor Martins de Carvalho. Se obtivermos essa autorização a água mineromedicinal será utilizada para alargar o Parque Termal do Concelho.



Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 6 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 25/GAP/2015.

Não houve intervenções

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 7 – PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVA AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2014. INFORMAÇÃO N.º11/DGF/2015.

O **Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta dizendo que esta Prestação de Contas é a primeira do ciclo iniciado por este Executivo.

No decurso do ano económico de 2014 e, no âmbito da correspondente execução orçamental, promoveu-se o reforço da qualidade nos serviços e em novas formas de criação de recursos. As necessidades primárias e de maior interesse social foram, inequivocamente, assumidas e asseguradas.

Iniciamos o processo de contenção da dívida. No ano de 2014 a dívida a terceiros diminuiu em cerca de 1,8 milhões de euros.

Em 2013 o montante da dívida global e reconhecida pelo Município era de cerca de 44,7 milhões de euros. Em 2014 esse valor reduziu para cerca de 42,9M€.

Nas contas do Município de 2014 ainda não está reconhecida a dívida do MARC, que se cifra em 3.291.472,09€, valor este que irá ser reconhecido quando se obtiver o visto do Tribunal de Contas.

Como sabem estão em litígio com a empresa ATMAD,SA faturas no valor de cerca de 8,3M€ e são por nós reclamadas taxas de infraestruturas e rendas no valor de cerca de 3,9M€

Em resumo, à data de 31/12/2014, a dívida reconhecida e relevada nas contas é 42,9 M€. A dívida no limite poderá atingir o valor de 50,6 M€.

No ano de 2014, há a destacar o forte investimento em infraestruturas e equipamentos, tendo sido lançadas e/ou concluídas obras no valor de 22,7 M€, com particular destaque para:

- . Conclusão do Pavilhão Expo Flávia;
- . Conclusão do Parque de Estacionamento do Centro Histórico;
- . Em fase de conclusão o Projeto Áquae (ampliação e requalificação das Termas de Chaves);
- . Em fase de conclusão o Museu Nadir Afonso;
- . Em fase de conclusão as Termas de Vidago;
- . O início do 3º lanço da Rodovia de Acesso ao Hospital
- . Em fase de conclusão o Museu das Termas Romanas.
- . Em fase de conclusão o Projeto Aquanatur (Avenidas de Vidago).

Relativamente ao exercício anterior verificamos:

- . Aumento de 10% das receitas correntes;
- . Aumento de 85% das receitas de capital (com o forte contributo do empréstimo do Plano de Saneamento Financeiro);
- . Aumento de 45% das despesas correntes;



. Aumento de 34% das despesas de capital;

Analisando a Despesa desagregada, verificamos:

. A Despesa Corrente atingiu o valor de cerca de 32,3M€, obtendo um grau de execução de 87%;

. A Despesa de Capital totalizou cerca de 19,6M€, atingindo um grau de execução de 68%;

. A Despesa total totalizou 51,9M€, atingindo uma taxa de execução de 78,6%;

Analisando a Receita desagregada, constatamos:

. A Receita corrente atingiu uma execução de cerca de 25,3M€, obtendo uma taxa de execução de 76,4%;

. A Receita de Capital atingiu um valor de cerca de 26M€, obtendo uma taxa de execução de 79,3%;

. As Receitas totais do Município em 2014 foram de 51,3M€, obtendo uma taxa de execução de 78,1%;

. A Receita total ascendeu a 51,3M€ e a Despesa Total ascendeu a 51,9 M€;

O acréscimo da receita em 2014 face ao ano anterior resultou numa variação de 21,1% na execução da Receita Total e de 14,6% na Despesa Total, fruto do empréstimo para saneamento financeiro com a CGD e BPI no montante de cerca de 13M€, permitindo um acréscimo da despesa paga, de dívida de curto prazo, já vencida.

Na execução da Receita Corrente salientamos um acréscimo positivo nos Impostos Diretos (IMI, IUC e IMT) em relação ao orçamentado, em cerca de meio milhão de euros, e nas Vendas de Bens e Serviços em cerca de trezentos mil euros.

Por outro lado, verifica-se um desvio negativo significativo na execução da Receita Corrente, nomeadamente na rubrica “Impostos Indiretos”, num total de 5,9 M€, resultante de débitos liquidados a clientes (PT – Comunicações, Águas de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Duriensegás, REN e Uniteldata), por taxas de ocupação de subsolo e espaço aéreo, nos termos do Regulamento Municipal de Taxas que, até à data, não foram pagas ao Município, o que vai ter reflexo no balanço, na rubrica Dívidas de Terceiros ao Município.

Na execução da Receita de Capital verifica-se um desvio negativo bastante significativo, nomeadamente na rubrica:

. Vendas de Bens de Investimento, num total de 7,6 M€;

Estes desvios totalizam 13,5 M€, que originaram uma taxa de execução do lado da Receita de 78,1%.

Na elaboração do orçamento de 2014, teve que se considerar a dívida de curto prazo reportada a 31/12/2013 em cerca de 18M€, que teria de ser orçamentada, implicando do lado da receita um potenciar da mesma, essencialmente por via de venda de património e de faturação das taxas de subsolo, verbas essas que totalizam 13,5 M€. Conforme se pode verificar nos anos de 2011 e 2012 há uma estabilização das receitas gerais na ordem dos 30 milhões de Euros. No ano de 2013 a Receita ascendeu a 37 Milhões de Euros, e no ano de 2014 a Receita Total ascendeu a cerca de 38,2M€ (não contabilizando o empréstimo); independentemente do decréscimo que tem havido das transferências do estado, mas têm sido recuperadas em função da transferência de fundos comunitários, e do aumento da eficácia dos serviços na cobrança da Receita, nomeadamente do setor das águas e Resíduos e



na recuperação de IVA.

A estrutura da receita em 2014 foi de 23,2 milhões de euros nas receitas correntes e 14 milhões de euros nas receitas de capital. A estrutura da Despesa em 2014 foi de 22,2 milhões de euros em despesas correntes e 14.5 milhões de euros em despesas de capital.

No ano de 2014, os compromissos assumidos foram de cerca de 63M€, dos quais foram pagos cerca de 52M€.

Com a implementação das medidas constante do Plano de Saneamento Financeiro, do lado da Despesa Total, houve uma diminuição no montante de 1,2M€, relativamente ao ano anterior, assim como houve um acréscimo da Receita em 2014 em 0,8 M€, comparativamente a 2013.

É, ainda, de referir:

- . Compromissos em Transferências de Capital no valor de 932.489€ dos quais foram pagos 768.406€, transitando para 2015 o valor de 164.084€;

- . Compromissos em Transferências Correntes no valor de 1.029.833€ dos quais foram pagos 917.940€, transitando para 2015 o valor de 111.892€.

A execução financeira das Grandes Opções do Plano no que respeita a todos os compromissos assumidos em 2014 foi de 14.762.129,50 €, à qual corresponde uma percentagem de execução de 84,07%, sendo superior em 21,55%, face ao exercício anterior.

Refira-se que o nível de execução nos diversos objetivos/programa totalizou: 69,91% nas Funções Gerais, correspondendo a 2,68M€; 65,53% nas funções Sociais, correspondendo a 7,98M€ e 54,09% nas Funções Económicas, correspondendo a 4,08M€.

Em síntese, destaco as seguintes situações:

- . A Câmara Municipal durante o ano de 2014 executou obras no valor de 22,7M€, tendo transitado para 2015 obras no valor de cerca de 2,8M€.

- . Reforço no apoio à inclusão social e à educação, conforme identificado nos respetivos relatórios e que no ano de 2014 na educação o município tem um défice de 600.000 €.

- . Resultado líquido do exercício positivo, de 7,3M€, resultado este explicado essencialmente por:

- Acréscimo de 5,8 M€ de impostos indiretos, decorrentes da faturação de taxas de ocupação de domínio público (5,7M€);

- Um Decréscimo na conta Provisões do exercício no ano de 2014, relativamente a 2013, em cerca de 2,5 milhões de Euros;

- Um Decréscimo dos custos e perdas extraordinárias em 6,6M€. No ano anterior foram contabilizadas cerca de 3,7M€ resultado de processos de expropriações litigiosas no quadro do programa Polis.

- . Em termos Patrimoniais, o montante do Imobilizado do Município com referência a 31/12/2013 ascende a 160M€ milhões de euros, representando um acréscimo de 10,9M€ face ao período homólogo.

- . A conta de Dívidas de Terceiros (Clientes) em 31/12/2014, o saldo ascendia a 12,9M€, verificando-se um acréscimo de 5,4M€ face a 31/12/2013. O Município tem em ação judicial os clientes para solver estas dívidas, nomeadamente, a PT.

- . Os Fundos próprios em 31/12/2014 ascendiam a 76,6M€, representando um



Assembleia Municipal de Chaves

29.04.2015

acréscimo de 16M€ face ao período homólogo;

. Da análise do Passivo, nomeadamente Dívidas a Terceiros de médio e longo prazo e de curto prazo, podemos constatar o seguinte:

Rúbricas	2013	2014	2014/2013
Emp. De M. L. Prazo	19.014.605€	30.307.095€	59%
Fornecedores c/corr.	7.370.097€	1.701.591€	-77%
Fornecedores Imobi.	277.884€	0€	-100%
Total Div. A Terc. MLP	26.662.587€	32.008.686€	20%
Fornecedores c/corr.	10.727.745€	4.943.442€	-54%
Fornecedores Imobi.	3.174.413€	2.656.282€	-16%
Administração Pub.	432.423€	103.500€	-76%
Outros Credores	4.122.296€	3.175.491€	-23%
Total Div. A Terc. Curto Prazo	18.024.454€	10.878.715€	-40%
Total da Dívida a Terc. MLP e CP	44.687.041€	42.887.401€	-4%

As dívidas a Terceiros de Médio e Longo prazos, no ano de 2014, tiveram um aumento de 20% relativamente a 2013, provocado por:

. Reestruturação da Dívida a Terceiros de curto prazo nomeadamente Fornecedores Conta Corrente, para médio e longo prazo, através do Empréstimo de Saneamento Financeiro a 14 anos, no montante de cerca de 13M€.

As Dívidas a Terceiros de curto prazo no ano de 2014 diminuíram relativamente a 2013 em 40%, devido a:

. Diminuição de Fornecedores conta corrente em cerca de 13 milhões de Euros, pelo empréstimo a 14 anos de cerca de 13M€, que permitiu pagar dívidas já vencidas a fornecedores;

Em termos globais, as dívidas a terceiros de MLP e CP, totalizam 42.887.401€, tendo um decréscimo de 4% relativamente a 2013, que corresponde a cerca de 1,8M€.

Se analisarmos a estrutura da dívida de curto prazo relativamente a Fornecedores Conta Corrente (4,9M€), podemos constatar que o peso da dívida da ATMAD, representa cerca de 60% (cerca de 3M€), Auto Viação do Tâmega cerca de 10%, dívida esta que já se encontra vencida, a remanescente ainda não se encontra vencida.

Na conta de Fornecedores de Imobilizado no montante de 2,6M€, refere-se a dívida a fornecedores relativo a obras financiadas e que ainda não se encontra vencida, com exceção da dívida a Anteros Empreitadas no montante de cerca de 600.000€.

Na rubrica de Outros Credores no montante de 3.175.491€, 91% diz respeito à dívida ao Tesouro respeitante às expropriações do Polis, dívida esta que está diferida para três anos.

Diminuímos em 2014 o prazo médio de pagamentos para 168 dias, quando em 2013 era de 231 dias, valor este que não é mais baixo por causa da dívida que temos com a ATMAD.

Por tudo isto, o balanço do primeiro ano de mandato, do atual Executivo, é considerado positivo.



O Executivo Municipal congratula-se pelo trabalho meritório de todos os Autarcas que contribuíram para o efeito, dos Funcionários da Câmara Municipal, Colaboradores, Voluntários, Associações e Instituições da Administração Central e Regional, que de uma forma ou de outra contribuíram e participaram no processo de construção e desenvolvimento do Município de Chaves durante o ano de 2014.

Como referi na Prestação de Contas de 2013, em 2002 iniciou-se um ciclo no qual foi feita uma gestão de oportunidade, colocando o investimento para servir as pessoas em primeiro lugar. Como consequência resultou uma dívida significativa.

Em 2014 iniciamos o processo de ajustamento, de forma a cumprir os nossos compromissos, a servir os cidadãos e concluir/realizar as obras necessárias para o bem-estar dos Flavienses.

Com criatividade, inovação, trabalho, perseverança e determinação para servir bem os Flavienses, vamos continuar a ter as pessoas como a nossa principal preocupação.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – referiu que depois de ler os documentos, nomeadamente o Relatório, o Balanço e a Demonstração de Resultados, diria que as contas do Município de Chaves são de uma empresa em franca e expressiva saúde financeira e económica.

Olhando para as contas estas apresentam um resultado líquido positivo de mais de sete milhões de euros, situação que me faz lembrar entidades como o BPN que apresentava lucros sucessivos e que não passava de uma situação muito criativa, do ponto de vista contabilístico. Isto não aconteceria se a auditoria financeira externa tivesse sido feita. Se assim fosse algumas criatividades que estão nestas contas não existiriam, nomeadamente ao nível das previsões, ao nível das amortizações e ao nível da inscrição de alguma receita que ali consta. Se essas criatividades não estivessem no balanço, provavelmente não estaríamos aqui a falar de resultado positivo, mas sim negativo, o que para mim não é muito importante.

As contas de 2012, cujos documentos foram votados nesta Assembleia Municipal em 2013, também apresentavam um resultado positivo de mais de três milhões de euros. No entanto em 2013 a autarquia teve de recorrer ao PAIEL num total de oito milhões e setecentos mil euros e em 2014 teve de rir para saneamento financeiro. Espero que este resultado positivo não seja mais prenúncio de descalabro financeiro e possa ser destinado a investimento. O Partido Socialista diz que Câmara Municipal de Chaves tem um passivo na ordem dos sessenta milhões de euros, embora o Executivo Municipal PSD só reconheça um passivo de cerca de cinquenta milhões. Então porque não utilizam este saldo para pagar as dívidas? Isso não pode ser feito porque esse resultado é meramente económico e não há nenhum excedente que possa ser utilizado para essa finalidade.

Na nossa perspetiva o que estamos a analisar são documentos de prestação de contas que se apoiam essencialmente na redução da dívida de curto prazo em resultado de empréstimos. Foi pedido um empréstimo de um milhão e meio de euros em 2008 para pagar a tempo e horas, foram pedidos treze milhões de euros em 2014 a que somamos oito milhões e setecentos mil em 2013, tudo para pagar a tempo e horas. Não me parece que isto seja um desempenho positivo, como também não me parece que seja um desempenho positivo o ter arrecadado mais impostos diretos e



estou a referir-me, sobretudo, à receita proveniente do IMI. Em 2014 houve um acréscimo significativo do IMI e o mesmo acontecerá, presumivelmente, em 2015 em resultado das medidas do aumento de 16% da taxa, por parte da Câmara e da retirada da salvaguarda por parte do governo. Está inscrito nos documentos a cobrança de mais de cinco milhões de euros que espero sejam cobrados, efetivamente; que as taxas de ocupação do domínio público quer sejam do subsolo ou do espaço aéreo, sejam cobradas.

Se lerem com atenção um documento que se chama certificação de contas, do Revisor Oficial de Contas, encontram duas reservas que podem comprometer a análise económica do Relatório feita por esta gestão e que pode inverter o que é um resultado positivo, para um resultado negativo. Dizem que há oito milhões e setecentos mil euros, sendo um milhão de euros de dívida às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, de 2014, que está em litígio, ressaltando que é convicção do município que não será chamado à responsabilidade o que, em meu entender, não é uma gestão cautelosa e precavida. Pela leitura do Relatório percebemos que a Autarquia não só não inscreve a dívida dos oito milhões e setecentos mil euros porque a contesta, como não faz provisões. Nas ações que tem com a Empresa Águas de Trás-os-Montes acha que vai ganhar o litígio e não vai pagar nada. Entendo que, porventura, o Município de Chaves vai conseguir algum ganho de causa, mas tenho dúvidas que o ganho seja a cem por cento e nessa perspetiva diz a prudência que se deviam fazer provisões e não foram feitas.

É verdade que os municípios em sede de contencioso têm conseguido vencer, alegando que o Tribunal competente não é o Tribunal Administrativo mas sim o Tribunal Arbitral, mas também é verdade que as Câmaras ainda não pediram nenhum Tribunal Arbitral. Estamos à espera que haja uma decisão e esperamos que ela não venha a acontecer noutra contexto.

Foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara que a satisfação das necessidades coletivas, estão garantidas. Eu pergunto se isso aconteceu ao nível dos arruamentos? Temos instalações desportivas condignas para as funções e para as utilidades que são necessárias, no Concelho? Temos uma estrutura capaz de albergar exposições, atividades e certames em condições?

Temos ouvido dizer ao Senhor Presidente da Câmara que o défice tarifário das águas e do saneamento é muito elevado e foi isso que justificou a acumulação de dívida às Águas de Trás-os-Montes tendo, em determinada altura, chegado aos vinte e um milhões de euros. Nós sabemos que não foi isso mas sim a necessidade de financiar as obras e evitar que tivessem de ser suspensas algumas delas.

No Relatório de gestão deste ano, relativamente a 2014 é mencionado que afinal a diferença entre o que a Câmara paga e aquilo que recebe dos consumidores de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, rondará os trezentos mil euros. Afinal o défice era de mais de um milhão ou é de trezentos mil euros? Em que é que ficamos? Posso não ter lido muito bem o Relatório que é composto por muitas páginas/muita informação, mas foi essa a leitura que fiz.

Dissemos aqui que, no caso do saneamento, o défice tarifário se devia a muita ineficiência no tratamento das águas residuais. Havia necessidade de colocar os tais descarregadores de tempestade em muitos locais. O Senhor Presidente achava que não. O Relatório diz que foram colocados muitos descarregadores e que isso gerou



poupança. Em que ficamos? Se o trabalho de eficiência da rede de água e saneamento tivesse sido feito não haveria défice tarifário e, muito provavelmente, o aumento tarifário da água, feito este ano, seria desnecessário.

Não se pode dizer que 2014 foi um exercício positivo porque a gestão não conseguiu atingir a meta dos 85%. Há um incumprimento do objetivo legal conforme determina a lei das Finanças Locais.

O que está aqui apresentado é um exercício fantasioso, com utilização de muita técnica contabilística para contornar um ano de incapacidade de gestão, em resultado de sucessivas gestões incapazes que vinham de anos anteriores a 2014. Será uma boa gestão quando se gastam, só num ano, um milhão e novecentos mil euros de juros? Se alguém tem de reconhecer responsabilidades pela situação e pelas contingências financeiras de 2014 é o Senhor Presidente da Câmara que também esteve no Executivo nos doze anos anteriores. Estamos perante uma Conta que tem de ser censurada e insistimos que seja feita a auditoria financeira para apuramento da realidade.

Manuel Justino Matos Cunha da **CDU** – disse que não podemos esquecer-nos que estamos a viver numa União Europeia onde que os países ricos se financiam através dos países pobres que lhe pedem dinheiro e, quanto mais pobres, mais têm de pagar. Num mundo assim é muito difícil que as desigualdades não aumentem.

“Nós sabemos que, provavelmente, os empréstimos a que a Autarquia teve acesso para saneamento financeiro deveriam ser assegurados a custos mais reduzidos. Mas isso é uma situação geral.

A CDU disse e continua a dizer que as funções essenciais das autarquias são assegurar o básico, com eficiência, e foi isso que esta Autarquia não conseguiu. E não conseguiu porque entende que o básico está assegurado, mas pelos vistos não está e prova disso é a alienação da água domiciliária e das águas residuais. Todos pensávamos que as empresas públicas eram pessoas de bem e que os conflitos seriam resolvidos entre gente de bem, sem interesses privados e sem interesse em lucros, mas pelos vistos não é assim. É bom perceber que uma parte desses pressupostos já estava por detrás desses acordos de alienação das funções das autarquias e foram ruinosos porque levaram ao estrangulamento financeiro da maior parte das autarquias do país.

A mim não me preocupa o endividamento em si que certamente tem de ter controlo. O que me preocupa é o que foi feito em nome do endividamento. E não foi em despesas com pessoal porque este representa menos de 25%.

O Nó de Outeiro Seco foi na altura considerado um investimento indispensável e o que eu sinto é que hoje essa via de acesso não tem muita procura, até porque a zona industrial, ali localizada, também não têm muita dinâmica do ponto de vista económico. Estão ali implantadas algumas empresas, é verdade, mas não tem a dinâmica que inicialmente se idealizou. Em meu entender é mais importante o acesso ao Hospital que, nesta altura ainda não está concluído.

O MAI colocou de novo a questão da auditoria financeira às contas da Autarquia, que foi o mote da sua campanha eleitoral e tinha ficado bem ao Senhor Presidente da Câmara ter solicitado essa auditoria.

Voltando às questões essenciais. A Autarquia tem de se concentrar na rede de água, até por razões de ordem ecológica em que um terço da água se perde desde os



depósitos até ao consumidor. Esse deve ser um projeto prioritário para o Município. Outro investimento que, no meu entender, vai somar custos muito elevados é a Fundação Nadir Afonso. Isto porque o contrato estabelecido não assegurou devidamente os interesses da Autarquia. É evidente que se a Autarquia construiu o edifício da Fundação para expor a obra do Nadir e não tomou as devidas precauções na feitura do contrato, agora a chamada “Fundação Nadir Afonso” negocia como quer e a Autarquia não tem outra opção senão aceitar. Sem fazer qualquer julgamento de intenções, entendo que foi um péssimo ato de gestão, com custos económicos atuais e deferidos para o futuro, ficar nas mãos da Fundação. Coisa diferente seria se o Edifício ficasse sem custos para o Município – apenas como Pólo dinamizador.

Isto para dizer que o que me importa não são as contas, até porque nunca as entendi, mesmo sabendo que estão elaboradas segundo as normas legislativas. A verdade é que foi com estas normas todas que chegamos à crise atual porque do ponto de vista técnico, está tudo perfeito. Eu gostava de umas contas que permitissem a leitura política das coisas. O que me interessa saber é onde são investidos os impostos que recolhemos. Esta autarquia nos últimos anos fez uma série de apostas e algumas a CDU denunciou-as como erradas porque não resultaram. Não é dizer que nunca ninguém investiu tantos milhões mas sim verificar como está a cidade e o concelho com o investimento desses milhões. É evidente que a culpa não é só da Autarquia. O Poder Central também é culpado e não tenha a certeza de que neste momento se tenham percebido os erros e se vá no caminho certo. Essa é a minha preocupação para o futuro, perceber os erros do passado. Reafirmo que é preciso voltar às funções essenciais das autarquias. As acessibilidades, os arruamentos, a gestão correta da água, dos resíduos sólidos, os espaços do domínio público, etc. Aqui é que tem de se investir”.

Ana Maria Rodrigues Coelho do **PSD** – cumprimentou os presentes disse que apesar de 2014 ser considerado o ano da retoma económica para o país, com muitos dos indicadores macroeconómicos a apontar para uma inversão da situação de crise que temos vivido, o país real, sobretudo no interior não sentiu ainda de forma efetiva essa realidade.

O Município de Chaves, à semelhança dos restantes municípios do país, das empresas e de cada um dos portugueses, continua confrontado com a necessidade de gerir minuciosamente, recursos cada vez mais escassos, para satisfação das necessidades das populações, cada vez mais prementes nomeadamente na área do apoio social.

A aprovação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), introduziu a obrigatoriedade de previsão de fundos disponíveis para a assunção de compromissos, o que tem vindo a contribuir para a correção das práticas até agora seguidas no âmbito da execução orçamental. Esta lei veio reduzir significativamente o risco orçamental que existia anteriormente sendo que com as regras atuais o risco apenas se consubstancia na possibilidade de uma evolução da receita que não permita fazer face aos compromissos já assumidos ou aos legalmente previstos. Este facto, está já bem patente na prestação de contas de 2014, em que os níveis de execução orçamental ficaram bem acima do que vinha sendo hábito no Município de Chaves.



As contas apresentadas pelo Município de Chaves, e de acordo com a validação externa e independente de uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, “apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Município do Concelho de Chaves em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL”.

Da análise dos dados contabilísticos e financeiros, enquadrada pelo cenário macroeconómico que o país atravessa, gostaríamos de realçar alguns aspetos:

1. Apesar da manutenção de um cenário nacional claramente desfavorável, e das dificuldades sentidas por um município do interior do país como Chaves, em cumprir integralmente os seus objetivos e manter indicadores orçamentais e financeiros mais “desafogados”, é assinalável o facto de à data de 31 de Dezembro, o Município ter conseguido resultados operacionais, financeiros, correntes e líquidos positivos, ao invés dos verificados no ano passado em que todos foram negativos. No cômputo geral destaca-se o resultado líquido alcançado, positivo de 7,367 M€, que contrasta com os 7,784M€ negativos obtidos em 2013.

2. Do ponto de vista da Execução Global do Orçamento, apesar das taxas de execução de receitas e despesas ficarem aquém do previsto, respetivamente 78.17% e 78.6% respetivamente, registou-se uma evolução muito positiva do ponto de vista da orçamentação e da respetiva execução, relativamente a anos anteriores. De relevar que a disparidade verificada entre os valores orçamentados e os executados, não resulta de falta de rigor na execução do orçamento, mas antes das regras impostas pelo POCAL, que no caso das receitas impõe como critério, a média aritmética das receitas cobradas nos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do orçamento.

3. Uma análise mais profunda da estrutura orçamental apresentada, revela uma execução coerente entre a receita e a despesa, apesar da quebra registada na poupança corrente em 2014. É de realçar o aumento da execução da receita face a 2013, nomeadamente ao nível dos impostos diretos e das receitas de capital, justificadas pela verba proveniente do empréstimo de saneamento financeiro contraído. Através deste empréstimo, foi também possível aumentar os montantes de despesa paga em 2013, o que é bem visível na redução dos diferentes saldos de dívidas a terceiros de curto prazo. Esta redução, resulta do esforço de renegociação e consolidação da dívida do município para o médio/longo prazo, o que permitiu a injeção de dinheiro na economia local através do pagamento a fornecedores e a libertação de recursos de curto prazo para fazer face às necessidades de investimento económico e social do município. Sinónimo das vantagens deste processo de renegociação da dívida, é também a redução do peso do serviço da dívida em relação à despesa total, que caiu face a 2013, indicando que o município está a agora a pagar juros mais baixos pelos empréstimos existentes.

4. Mais uma vez, o número de financiamentos e projetos comunitários em execução no município, demonstram a capacidade e qualidade do trabalho desenvolvido pela equipa técnica do mesmo, mas também, o esforço financeiro e de tesouraria a que a câmara está submetida, fruto da metodologia de pagamentos em vigor e da



necessidade de comparticipação de parte dos investimentos. Ficaram por receber cerca de 83.5500€, que representaram um esforço acrescido para as contas do município. É de relançar em matéria de projetos financiados, o volume de investimento consagrados ao turismo/termalismo, recursos que todos reputamos como essenciais para o desenvolvimento económico do concelho e de toda a região.

5. Parece-me também importante realçar a distribuição da execução do orçamento face às grandes opções do plano. Em 2014, atingiu-se uma execução de 84% relativamente às Grandes Opções do Plano previstas, com o maior peso para as funções sociais, seguido das económicas. As juntas de freguesia continuam a merecer o apoio do município, tendo beneficiado de transferências na ordem dos 541000 euros.

Para terminar, parece-me importante realçar o esforço financeiro que tem vindo a ser feito pela Câmara Municipal de Chaves, no sentido de dotar o território de infraestruturas económicas e sociais voltadas para o futuro, que constituam instrumentos de dinamização socioeconómica, e por conseguinte, uma fonte de competitividade e de melhoria da qualidade de vida, para as empresas e população aqui instalados.

E isto tem sido feito muita resiliência e coragem. Basta pensar que em 2014, registou-se um aumento muito significativo das receitas próprias do município, relativamente à despesa total, ao mesmo tempo que se reduziu o peso das transferências da administração central face às receitas totais e face ao investimento.

“A verdadeira medida de um homem não é como ele se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas como ele se mantém em tempos de controvérsia e desafio.”(Martin Luther King).

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões que lhe foram colocadas.

Foi dito aqui que as contas não são credíveis nem são sérias e está a ser posta em causa a competência dos Técnicos da Autarquia porque a Prestação de Contas é meramente um serviço técnico.

No Plano e no Orçamento são apresentadas as opções que o executivo pretende que sejam concretizadas. Quando um Técnico Oficial de Contas de uma empresa apresenta o Relatório de Contas com erros é, certamente, porque ele errou, não a administração da empresa. A menos que alguém queira afirmar que é o executivo municipal que condiciona os técnicos a apresentar contas não credíveis e não sérias. Não é justo estar a questionar os serviços técnicos desta forma. Quando se é Técnico de outras câmaras municipais não se gostará que a oposição diga, rigorosamente a mesma coisa, em relação aos Técnicos dessas autarquias.

Insistem na auditoria externa mas os Senhores membros desta Assembleia dizem que em determinadas situações, não se devem contratar entidades privadas porque podem ser influenciadas pelo poder político; que a credibilidade está do lado do setor público. No entanto, acreditariam numa empresa privada que fosse contratada para fazer uma auditoria externa e não acreditam no Tribunal de Contas nem nas Inspeções Gerais. Pensei várias vezes contratar essa auditoria e só não o fiz porque sei que o resultado dessa inspeção seria sempre posto em dúvida. Os Senhores diriam que tratando-se de uma empresa privada, o Senhor Presidente exerceu influência no seu resultado. Se não dão credibilidade aos técnicos da autarquia vão dar credibilidade a quem se paga?



Está agendado para este ano, uma Inspeção da Direção Geral de Finanças. Aguardamos com serenidade que seja feita e sejam publicados os resultados.

Estamos num estado de direito e eu acredito plenamente no Tribunal de Contas e nas Inspeções Gerais e se os Senhores deputados do PS, do MAI e da CDU não acreditam, o problema é vosso e não meu.

Não se pode confundir resultados contabilísticos com resultados financeiros e aqui o senhor deputado Manuel Cunha tem razão. Numa folha Excel era mais fácil verificar o resultado final e, tal como ele, da área financeira também sei muito pouco. Esta não é a minha área de formação mas confio naquilo que os técnicos me apresentam.

Quando iniciei as minhas funções como Presidente da Câmara pensei em alterar a forma de intervenção neste Fórum. Era minha intenção que cada Vereador viesse aqui apresentar as matérias da sua área de intervenção, situação possível porque o Presidente da Câmara pode delegar nos Senhores vereadores. Não foi feito assim para evitar que dissessem que eu não tinha capacidade para explicar as matérias. No próximo mandato se eu for candidato e for reeleito será dessa forma.

Devemos acabar com as fantasias. Consultem a página oficial da Autarquia e verifiquem que o empréstimo que esta Assembleia Municipal, efetivamente autorizou no dia 21 de dezembro de 2012, relativamente ao PAEL, foi de sete milhões oitocentos e setenta e três mil, quatrocentos e vinte e seis euros e não oito milhões seiscentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e setenta e sete euros, como referiu o Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro. Efetivamente, na sessão da Assembleia Municipal do dia 16 de novembro de 2012 foi esse o valor aprovado, mas o finalmente concretizado foi o que foi aprovado a 21 de dezembro de 2012. Continuar a falar, consecutivamente, que são oito milhões e seiscentos mil euros como ainda há pouco foi afirmado, não é correto.

Haverá muito poucos municípios no país que ao longo da sua gestão, não tenham contraído empréstimos. Se reparem pela leitura dos documentos de 2013 para 2014 o valor de juros baixou de dois milhões e trezentos mil para um milhão e oitocentos mil euros, significando que alguns empréstimos foram concluídos e por essa razão é provável que na prestação de contas de 2015 os resultados voltem a aumentar fruto do empréstimo de treze milhões de euros.

Não é verdade que o défice em relação à ATMAD só seja de trezentos mil euros. É preciso ler tudo. O défice expresso nas contas é desse valor, mas como devolvemos faturas no valor de um milhão de euros, que não está refletido nas contas, o défice de exploração é de um milhão e trezentos mil euros.

O Nó de Outeiro Seco é absolutamente necessário, independentemente do muito ou pouco tráfego que tenha neste momento. Se não tivéssemos esta via de acesso, aquele Parque Empresarial nunca teria viabilidade.

O Nó devia ter sido construído pelo Estado e não o foi. O então Secretário de Estado mandou construir o viaduto, no âmbito da concessão, com dimensão a pensar no Nó, mas entretanto o Governo mudou e o seguinte não aceitou financiar esta obra. Foi a Câmara Municipal que se substituiu ao Governo e construiu o Nó de acesso à Zona Industrial.

Quando o executivo PSD chegou à autarquia o Parque Empresarial, sem projeto e sem terrenos, estava previsto para ser construído entre a Munível e a aldeia de Outeiro Seco.



Atualmente o Parque Empresarial que tem vida foi construído por uma Câmara PSD, com o Senhor Eng.º Manuel Branco Teixeira, como Presidente. O Partido Socialista esteve na Câmara doze anos e não construiu nenhum nem ampliou o existente. O PSD foi novamente executivo e construiu um novo Parque Empresarial. Houve uma razão ambiental para mudar a sua localização, para além de que os terrenos na descida para Outeiro Seco seriam, de certeza, muito mais caros; a impermeabilização dos terrenos naquela encosta iria provocar o congestionamento das condutas de águas pluviais que teriam de descarregar na Ribeira de Outeiro Seco e, provavelmente, numa situação ou noutra, a capacidade de absorção de caudal da referida ribeira poderia provocar cheias na povoação. Essas situações acontecem em Loures e em Braga que, por défice de planeamento, as ribeiras saem do leito e inundam as zonas envolventes.

Voltaram a usar da palavra os Senhores deputados:

Nuno Vaz Ribeiro do PS – disse entender que o Senhor Presidente da Câmara ao se sentir acossado dissesse que o Partido Socialista atacou os técnicos da autarquia. Eu conheço os técnicos da Câmara Municipal de Chaves, sou colega deles, participo com eles em muitas formações e privo com eles. Fazer esse tipo de afirmação não lhe fica bem. A crítica que foi expressa não foi aos técnicos até porque o documento, nos termos técnicos em que é apresentado, está muito bem elaborado, é muitíssimo completo, é extenso e denota grande capacidade técnica da equipa que o elaborou. O que está em causa não é a apreciação dos técnicos porque a Prestação de Contas não é a prestação dos técnicos mas sim da administração, quer seja das empresas, das autarquias ou de outras entidades. Estamos a avaliar aqui o desempenho do executivo municipal, nomeadamente o do Presidente da Câmara.

Quem deu a ordem para devolver as faturas e não fazer as provisões? Foi a Técnica que tomou essa decisão? Quem faz a apreciação sobre a necessidade de fazer provisões é a gestão.

Eu gostava que me falasse dos bons indicadores de boa gestão. Qual é a capacidade de endividamento de médio e longo prazo que o Município de Chaves tem neste momento. Sempre se disse que a afetação da despesa com pessoal era feita de forma criteriosa e gostávamos de saber qual é a dotação que tem para contratação de pessoal, tendo em vista novos projetos, novas atividades que têm de ser satisfeitas pelo município. Quais os meios financeiros de que dispõe junto da banca para aceder a novos empréstimos e que novos recursos humanos pode contratar.

Verificamos que as transferências feitas para as freguesias em 2014 foram mais para freguesias do PSD e gastávamos de saber dos quinhentos mil euros que foram transferidos, qual o valor que foi para freguesias lideradas pelo Partido Socialista que são apenas sete.

Perguntamos qual é o equilíbrio orçamental que a Câmara Municipal de Chaves tem, nomeadamente a diferença entre os compromissos obtidos e as receitas arrecadadas; se as receitas arrecadadas são suficientes para fazer face aos compromissos assumidos em 2014, porque o relatório nesse aspeto é omissivo.

Há um problema que se chama dívida. E quem é responsável por ele? Eu não conheço que a dívida da Câmara de Chaves tenha sido reestruturada no médio e longo prazo. Sei que houve faturas que foram pagas e deixaram de ter encargos e juros.



Não voltará a haver mais nenhum quadro comunitário que tenha os fundos que possam fazer todo o investimento que foi feito nos últimos doze anos. Isso nunca mais. E esse investimento todo redundou em mais população e mais emprego?

José Pimentel Sarmento do PSD – disse ter pedido a palavra para defender a honra da sua bancada.

O Senhor deputado Nuno Vaz é jovem e parece que não sabe a história das gestões autárquicas, sobretudo as que foram da responsabilidade do seu partido. Se soubesse bem, não se atreveria a vir aqui dizer que há discriminação em relação aos Presidentes de Junta, porque não é verdade. Discriminação fê-la a gestão do seu partido. Numa sessão deste Órgão feita no auditório do GATAT o Senhor Professor Altamiro Claro disse a um Presidente de Junta do meu partido que, enquanto ele fosse Presidente da Câmara, não lhe dava um tostão para a sua freguesia e há gente da sua bancada que sabe bem isso.

Quando a Junta de Freguesia de Valdanta era de gestão PSD, o projeto de saneamento que estava aprovado foi guardado na gaveta com a promessa de que se ganhassem a Junta o executavam e como o PS efetivamente ganhou as eleições o saneamento foi feito logo em seguida. Isso é que é discriminação e não venha aqui atirar pedras aos outros. Em relação a obras de opção, os Senhores já se esqueceram da Ponte de S. Roque, feita com a Câmara PS, que esteve sem acessos durante muitos anos. Foi um investimento volumoso, com juros altíssimos, e os Senhores nunca explicaram porque é que isso aconteceu.

Nuno Vaz Ribeiro do PS – pediu a palavra para direito de resposta e disse: “os erros dos outros não justificam os nossos, senão somos todos iguais.

Se essa discriminação existiu e se essa crítica tivesse sido feita à data, era uma crítica fundamentada. Nós estamos a dizer que neste momento há discriminação e assim, a nossa crítica agora é fundamentada.

Eu nunca fui autarca. Nunca pertenci a nenhum executivo municipal. Fui Chefe de Gabinete de um Presidente de Câmara e o poder de decisão era do Presidente não meu”.

João Augusto Madureira Ferreira do MAI – disse ter pedido a palavra para dizer o seguinte:

“O Senhor Presidente da Câmara disse que esteve tentado a contratar uma empresa para fazer a auditoria externa às contas da Autarquia e foi pena que não o tenha feito. Sugiro ao senhor Presidente que se deixe levar pela tentação.

Disse que a oposição não iria aceitar o resultado, independentemente do resultado que fosse e isso é verdade. Mas eu vou deixar-lhe aqui a minha palavra, em meu nome e no do Grupo que represento que se o Senhor Presidente fizer a auditoria, nós respeitaremos o resultado, seja ele qual for. E eu que, pessoalmente todas as semanas peço uma auditoria, a partir desse momento escreverei que a auditoria foi feita e que as contas foram consideradas boas ou más, conforme o caso, quer seja feita por uma empresa pública ou por uma privada”.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões que lhe foram colocadas.

Se durante o ano de 2015 não for feita a inspeção que está prevista pela Inspeção Geral de Finanças, no final do ano avaliaremos da necessidade ou não de fazer a mencionada auditoria. Quanto às tentações não é que uma pessoa às vezes não queira. É que não pode.



O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro afirmou que a Autarquia só fez pagamentos a Juntas de Freguesia do PSD e que discriminou as do PS. Devo dizer-lhe que a Câmara Municipal não tem nenhuma dívida a freguesias do Partido Socialista. Todos os Protocolos assinados com elas foram pagos na sua totalidade. No ano de 2014 e até à data não foi estabelecido qualquer protocolo/contrato com nenhuma freguesia do concelho. Até porque se o tivesse feito teria vindo a esta Assembleia Municipal como o Senhor deputado sabe. As dívidas que transitaram da Câmara anterior, a juntas do Partido Socialista foram pagas em 2014, bem como às do MAI. Se houver alguma discriminação negativa é em relação às Juntas de Freguesia do PSD que ainda não lhe foram pagos os Protocolos que transitaram da gestão anterior.

O que estamos hoje aqui a discutir são as Contas da autarquia relativas ao ano de 2014. Não estamos a planear nem o ano de 2015, nem o ano de 2016.

Para terminar vou ler a declaração de voto de dois Vereadores eleitos na lista do Partido Socialista, na reunião do Executivo – Senhora Vereadora Paula Barros e Senhor Vereador João Adérito Moutinho: «considerando que a documentação apresentada está com elevado grau de detalhe, incluindo o Relatório, com a apresentação da informação em gráficos e tabelas, o que nos leva a concluir, baseados também nas informações que vão chegando às reuniões de Câmara, que temos neste Município pessoas com capacidade para elaborar estes documentos, estudos e pareceres, evitando-se assim o recurso a entidades externas, como tem acontecido. Quanto ao rigor das contas as mesmas foram auditadas pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) e não tendo razões para duvidar da fiabilidade das mesmas». Citei.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 56 votos a favor, uma abstenção (Carlos Batista Feliz, do MAI) e 17 votos contra. Votaram contra: (Nuno Vaz Ribeiro, Nuno André M. Coelho Chaves, Anselmo José Martins, José António Trindade Mendes, Maria da Conceição Martins, António Manuel Pires Almeida, Fátima Liliana Fontes Correia, Brigitte Raquel Bazenga V. T. Gonçalves, Maria Helena Barreira, Tiago Manuel S. M. Caldas, do PS; João Augusto Madureira Ferreira, Emília de Lurdes Nogueira, Joana Margarida F. Rodrigues e Jorge Proença Pereira Nascimento do MAI; Maria Zélia Valoura do CDS/PP; Manuel Justino Matos Cunha, Rui Jorge da Silva Oliveira, da CDU). Todos os restantes votaram a favor, Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro, do PS apresentou a seguinte declaração de voto: “Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Chaves, tendo votado contra o ponto sete da ordem do dia na reunião ordinária “Prestação de Contas relativa ao exercício económico de 2014. Informação 11/DGF2015”, realizada no dia 29 de abril de 2015, vem apresentar a seguinte declaração de voto:

A prestação de contas relativa ao exercício económico de 2014 constitui um exercício de pura propaganda política, pois é um documento que assenta em dois sofismas que comprometem a sua credibilidade e consistência. Um deles é fazer de conta de que o município de Chaves não tem qualquer responsabilidade financeira, materialmente relevante, com a empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., para além das registadas nas contas, quando o próprio revisor de contas alerta para o risco e consequências decorrentes da não realização de provisão de 8,7 milhões de euros, que se encontra em contencioso. O outro é inscrever como receita, no valor de €



5.925.708,76, a título de impostos indiretos (taxa de ocupação do domínio público municipal), reclamado junto de vários operadores, PT – Comunicações, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., Duriensegás e Uniteldata, mas não reconhecido por estes e pendente de resolução judicial.

O exercício de 2014 apresenta um resultado líquido do exercício de € 7.367.471,21, situação que, estabelecendo paralelismo com aquilo que aconteceu na prestação de contas de 2012, é prenúncio de consequências negativas.

Não se percebe como se consegue alcançar um exercício com “lucro” quando o financiamento de muitas atividades municipais de natureza corrente, no ano findo, foi feito à custa de um empréstimo de Médio/Longo prazo superior a 13 milhões de euros.

A ânsia de dar sinais positivos de boa gestão leva a que se seja criativo na construção do balanço e da demonstração de resultados, esquecendo dívidas, 3,4 milhões de euros do Mercado Abastecedor e 8,7 milhões de euros da empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., porventura não sendo rigoroso na aplicação das regras relativas às amortizações do imobilizado e criando receitas muito contestadas pelos respetivos contrainteressados.

A criatividade contabilística e o otimismo temerário desta gestão não tem limites ao apresentar-nos um resultado líquido positivo, e quase apetece dizer, como qualquer cidadão comum diria, aproveite-se esse “lucro” e pague-se os “calotes” ou então faça-se a reparação das estradas municipais mais degradadas. Seria bom, a transparência e a credibilidade da gestão saíam reforçadas se este executivo fizesse a auditoria financeira externa oportunamente aprovada e depois revogada”.

PONTO 8 – CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E DE RECOLHA DE EFLUENTES CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A EMPRESA “AGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, S.A.”; _ TARIFA PRATICADA NO ÂMBITO DOS CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECOLHA E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS; - SOBREFATURAÇÃO; - DEVOLUÇÃO DE FATURAS. PROPOSTA N.º 19/GAP/2015.

O *Senhor Presidente da Câmara* fez a apresentação da proposta dizendo que ela resulta do mau relacionamento entre o Município de Chaves e a Empresa Águas de Trás-os-Montes.

Mau relacionamento porque em 2001 quando esta Assembleia Municipal aprovou a adesão ao sistema multimunicipal todos falhamos porque ninguém fez a análise devida dos estudos/contrato e com o rigor necessário. Isto porque o princípio do equilíbrio financeiro só existe para uma das partes que é a Empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

O Município de Chaves aderiu ao sistema multimunicipal das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro com base num estudo de viabilidade económica e financeira (EVEF) onde constavam provisões, capitações, caudais, resultados que não se vieram a verificar. Logo, unilateralmente, as Águas de Portugal porque detém a maioria do capital na sociedade, fizeram evoluir as tarifas, não de acordo com o EVEF, mas de forma a gerar equilíbrio financeiro para a Empresa sem ter se preocupar com o desequilíbrio financeiro da Câmara Municipal ou com o possível aumento das tarifas aos consumidores. Como esse aumento das tarifas não foi feito tem sido a Autarquia a assumir os sucessivos défices de exploração que essa



situação tem vindo a provocar, que tem variado entre um milhão e duzentos mil euros e um milhão e quinhentos mil euros/ano.

Como foi a Assembleia Municipal que autorizou o município a aderir ao sistema multimunicipal vem esta Proposta de estratégia de relacionamento com a empresa, no sentido de pagar o consumo mensal de água à tarifa FETA, estabelecida pela então Ministra do Ambiente Dulce Pássaro e que a Empresa Águas de Portugal aceitou, mas que nunca aplicou. O mesmo se propõe para o tratamento de águas residuais. Também se propõe que o caudal de tratamento de águas residuais superior a 100%, relativamente ao consumo de água, não seja contabilizado. Aqui já há algum benefício porque, nos cálculos hidráulicos, quando se estão a dimensionar redes, a rede de abastecimento de água é em função do perfil social da população e da capitação prevista. Em relação ao dimensionamento das águas residuais é sempre feita, no máximo até 90% do consumo de água. Estão a ser-nos tributados entre 110 a 130% do consumo de água.

Efetivamente as redes necessitavam de muita remodelação; a nível particular seria útil que as pessoas não desviassem as suas águas pluviais para a rede de águas residuais. Precisávamos de retirar o coletor do Rivelas que foi colocado no leito do ribeiro e drena a água deste para a ETAR. Tudo isso precisava de ser corrigido. Mas a verdade é que é também da responsabilidade das águas de Trás-os-Montes fazer os desvios desses caudais para as linhas de água, quando a quantidade de matéria orgânica na água, é inferior ao valor regulamentado, e isso acontece com frequência. Muitas vezes a água que entra na ETAR podia ser rejeitada de imediato e descarregada para uma linha de água, normal. Uma inspeção feita a essa água verificaria que apresenta valores dentro dos parâmetros permitidos.

Num estado de bem, as instituições do estado devem respeitar-se uma às outras e o que vem existindo ao longo dos anos, é um total desrespeito para com os municípios e neste caso em particular, para com o Município de Chaves. Para desequilíbrio financeiro da Empresa Águas de Trás-os-Montes e conseqüentemente do Grupo Águas de Portugal, muito tem contribuído o mau planeamento efetuado, o sobredimensionamento das infraestruturas; foi construída uma estação de tratamento de água para abastecer, Chaves, Montalegre, Boticas, Ribeira de Pena, desde a Barragem dos Pisões, mas de todos estes municípios só Chaves é que consome. Os demais não consomem absolutamente nada. Foi dimensionada uma estação de tratamento de águas residuais para Chaves, para cinquenta mil habitantes, quando o Concelho tem quarenta e um mil habitantes. Somos nós, Município de Chaves que temos de pagar essas más previsões. Nós temos culpa porque devíamos ter estudado devidamente o dossiê e não o fizemos. Foi construída uma estação de tratamento de águas na barragem das Nogueirinhas, em Santo António de Monforte, para abastecer de água uma parte do Concelho de Chaves e outra parte do Concelho de Valpaços, e está fechada. É um investimento feito por uma empresa nacional, altamente credibilizada, com técnicos muito bem pagos, que supostamente têm de ser muito bom e que não está a ser rentabilizado.

Terminou pedindo a aprovação desta estratégia para que amanhã, em sede de Tribunal Arbitral, se possa ter mais força na negociação com a Empresa Águas de Trás-os-Montes.

Usaram da palavra os seguintes deputados:



Manuel Justino Matos Cunha da **CDU** – disse continuar a achar que a gestão da água em alta e em baixa deve ser responsabilidade das autarquias.

“É evidente que há dificuldades mas também é evidente que a legislação europeia introduziu imensas normas que empurra para empresas de grande dimensão, que um dia vão ser privatizadas e, nessa altura, verificaremos que os acordos que fizemos de consumos mínimos, de capitação, etc. nos vão entrar pela porta dentro.

O mesmo acontece na saúde. O Ministro da Saúde disse que como as urgências públicas estavam em rotura, estaria disposto a passá-las para os hospitais privados. Por cento e cinquenta euros de financiamento, por cada doente ligeiro que lá apareça, para os hospitais privados vai ser um ótimo negócio. Os princípios são sempre os mesmos. Tem é que haver aqui uma emenda de mão porque não é só a autarquia de Chaves. Quase todas as autarquias do país que fizeram acordos nesta matéria têm processos de endividamento que representam o mesmo para o desenvolvimento dos concelhos, aquilo que a dívida externa portuguesa representa para a incapacidade do país se desenvolver. Ou resolvemos a situação, que provavelmente não tem solução no âmbito de cada autarquia, que se deixou cair numa armadilha ingénua, ou estamos condenados. A Assembleia deve tomar a decisão de reforçar a posição da Autarquia, para a defesa dos melhores interesses do Concelho, mas isso é um pequeno remendo. A solução não passa por aqui. Tem de ser muito mais profunda e muito mais ampla, senão estamos estrangulados para sempre”.

Nuno Vaz Ribeiro do **PS** – Disse que o assunto em discussão tem a ver com uma questão relevante.

A adesão mais ou menos cega ao sistema multimunicipal de água foi uma decisão coletiva. Porventura o excesso de informação, o excesso de documentação e a proposta de adesão ter muitos anexos com documentação técnica muito extensa, levou a que muita gente não tivesse feito a sua leitura devidamente e também levou a que não se tivesse olhado para alguns dos postulados subjacentes à definição das respetivas tarifas ou preços. A verdade é que estavam lá evoluções demográficas e consequentemente consumos de água completamente irrealistas. A população tinha de aumentar de forma exponencial o que, como todos sabemos, não se verificou. Pelo contrário diminuiu exponencialmente. Isso constitui um problema, apesar da nossa crítica relativamente ao comportamento que foi assumido pelo anterior executivo municipal e pelo atual, em que durante algum tempo esqueceram a dívida de água e saneamento. Entenderam que, independentemente de se reconhecer algum valor, o importante era ir devolvendo as faturas porque isso dava margem de financiamento e fundo de tesouraria. É realmente importante que o Município tome posição sobre esta matéria.

Mas tenho uma dúvida: a Assembleia Municipal tem competência para tomar uma decisão executiva sobre esta matéria? Deve fazer uma proposta, uma recomendação e uma orientação no sentido de tomar uma decisão material validando aquela que foi tomada na Câmara? Na Lei 75/2012 não diz que esta seja uma competência da Assembleia Municipal. Estamos disponíveis para discutir e tomar posição sobre a questão e manifestar politicamente a nossa posição. A minha dúvida é se sobre o ponto de vista material não haverá aqui uma violação das competências entre os Órgãos.



A verdade é que esta Proposta, com cujos pressupostos nós concordamos, quer relativamente à água quer ao saneamento, apresenta uma interrogação. É uma matéria relativamente à qual o Município de Chaves vem tendo esta prática há muitos anos. Há muitos anos que devolve as faturas. E quem tomou essa decisão? Foi o Senhor Presidente da Câmara ou foi o Executivo Municipal? E porque só agora o assunto vem à Assembleia Municipal? Este entendimento é vertido nas contestações apresentadas em sede de contencioso no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela e só agora é que somos chamados a tomar posição política sobre esta matéria.

Se esta posição é suportada com base num parecer jurídico de 2010 que não me foi enviado, relativo às pretensões das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, porque é que este Órgão deliberativo não foi chamado na devida altura a tomar posição?

Entendemos que o Executivo está a fazer a defesa intransigente dos interesses do Município e isso faz com que seja respeitado o estudo de viabilidade económica e financeira que esteve subjacente ao contrato de concessão e fornecimento de água e ao de tratamento de efluentes urbanos, com o qual concordamos. Entendemos a sustentação técnica defendida na Proposta, oportunamente acolhida pela então Ministra do Ambiente Dulce Pássaro, que apontava uma nova solução que não chegou a ser validada, mas estranhámos, que sendo uma proposta com mérito, que teve o acolhimento de muitos autarcas, que foi votada em Assembleia Geral da ATMADE em 12 de março de 2010, que definia um fundo de equilíbrio tarifário da água – FETA – nunca tenha sido assumido pelo atual Ministro do Ambiente. Não percebemos porque é que se demorou tanto tempo a dar seguimento a algo que estava, mais ou menos, consolidado. Se em 2010/2011 tem sido tomada uma decisão, certamente tinha poupado alguns milhões de euros ao Município de Chaves. Concordamos com a Proposta em discussão para fixação de uma tarifa que faça equidade territorial, que é fundamental sobretudo nos municípios menos povoados, para que possam ter acesso a um custo de água mais aceitável. Feitas estas ressalvas concordamos com a Proposta apresentada. Não sabemos se a forma vai ser de recomendação, posição política ou de deliberação efetiva sobre esta matéria, mas deixamos uma salvaguarda. Que seja incrementado um esforço do Município de Chaves de eficiência no que respeita à água para eliminar perdas, detetar fraudes, fazer cessar a sua utilização indevida; que seja contabilizado o fornecimento de água a edifícios públicos e de outra natureza, onde não é feito, para que haja um esforço relevante nas infraestruturas; que se evitem perdas acentuadas de água. No que respeita aos efluentes urbanos concordamos com o princípio expresso na proposta em que não devemos pagar pelo tratamento mais do que se paga pela água fornecida, e porque isso é de interesse para o Município, entendemos que o processo de eficiência deve continuar.

Se tudo o que aqui está expresso for validado e se a nível governamental a Proposta for aprovada, publicada e aplicada, entendemos que com este quadro e neste contexto, não haverá necessidade de aumentar as tarifas quer da água quer do saneamento.

O senhor Presidente falou num défice tarifário de um milhão e trezentos mil euros e gostaríamos de saber como isso se enquadra na informação que consta no quadro oito da página setenta e nove do Relatório de 2014, comparando-o com o quadro



onze, expresso na página oitenta e um, também referente a 2014. Isto porque a nós dá-nos uma diferença de apenas trezentos mil euros.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões que lhe foram colocadas. Disse não poder visualizar os quadros que o Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro referiu porque não os tem consigo.

O défice expresso nas contas é de trezentos mil euros mas há mais um milhão de euros referentes a faturas que foram devolvidas e o total soma um milhão e trezentos mil euros. Devolvemos as faturas porque não concordamos com elas, em função da tarifa aplicada, como também não concordamos com os caudais de águas residuais que nos são debitados.

O Senhor deputado perguntou o porquê desta reação agora se a decisão já foi tomada em 2010. Eu sou o Presidente da Câmara desde Outubro de 2013 e quando me candidatei não tive a pretensão de saber tudo, sobre tudo. Sou uma pessoa normal que não sabe tudo, mas com muita vontade de fazer o melhor pelo nosso Concelho. Estudo os processos e confio nos serviços e nas pessoas que ali trabalham. Reconheço que houve uma estratégia errada no passado, que ainda se repetiu em 2014, ao devolver faturas, sem pagar parte das mesmas.

Hoje estou a pedir a esta Assembleia Municipal que aprove esta estratégia para termos um poder reforçado na discussão com a empresa. Mal entre em vigor o novo sistema multimunicipal da Empresa Águas do Norte, pagaremos as faturas da água na íntegra porque ao baixar a tarifa para 50 cêntimos a discussão acabou. No entanto se nos continuarem a debitar águas residuais em excesso, continuaremos a ter o mesmo comportamento, até que seja corrigido pela Empresa.

Deputado Nuno Vaz Ribeiro do PS – usou novamente da palavra para dizer que entendiam que a estratégia seria consequente se a devolução fosse relativamente ao valor não reconhecido.

“Há pouco o Senhor Presidente disse que os membros desta Assembleia Municipal devem conhecer toda a documentação mas disse não conhecer o Relatório que é da sua autoria, o que é estranho”.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

Deputado Nuno Vaz Ribeiro do PS apresentou a seguinte declaração de voto: “A nossa posição é inequivocamente a favor, desde que a deliberação desta Assembleia Municipal seja uma votação de cariz político, no sentido de concordar com os fundamentos que estão expressos nesta posição relativamente ao relacionamento com a ATMAD, sendo certo que a competência executiva relativamente à tomada de decisão, em cada um dos processos administrativos e financeiros em concreto, que digam respeito à faturação, é do Executivo Municipal e não desta Assembleia”.

Manuel Justino Matos Cunha da CDU apresentou a seguinte declaração de voto: “Se o sentido é uma força do Município de forma a mitigar erros históricos, com os quais a CDU não tem nada a ver, entendemos não romper a unanimidade da posição política, ressaltando todas as diferenças com os outros Grupos Municipais sobre este assunto. Votamos favoravelmente nesse âmbito”.



PONTO 9 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES TERRESTRES A ALUNOS EM CIRCUITOS ESPECIAIS, PARA O ANO LETIVO DE 2015/2016. CONCURSO PÚBLICO N.º 2/SC/2015

O *Senhor Presidente da Câmara* disse que a despesa referente a esta prestação de serviços se traduz a mais de um ano económico e, por essa razão tem de vir a este Órgão deliberativo para autorização.

Não houve intervenções

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 10 – DESVINCULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CHAVES DA AGÊNCIA DE ENERGIA DE TRÁS-OS-MONTES (AE-TM) E DOAÇÃO DA QUOTA-PARTE DOS ATIVOS QUE LHE CORRESPONDEM À AMAT – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALTO TÂMEGA.

O *SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA* fez a apresentação da proposta dizendo que esta Agência de Energia foi constituída no seio da antiga Comunidade Intermunicipal do Alto Trás-os-Montes. Era constituída pelos seis municípios do Alto Tâmega e por nove municípios do Distrito de Bragança. Com a divisão dessa Comunidade na Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e na Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, entenderam os municípios da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega que não faria sentido, a este nível, continuar a trabalhar em conjunto.

Fica a Agência de Energia para a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e nós, no âmbito da Associação de Municípios do Alto Tâmega, dotá-la-emos de uma vertente da Agência de Energia.

Não houve intervenções

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 11 – PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO. 1º TRIMESTRE DE 2015. INFORMAÇÃO N.º 10/DGF/2015; Para conhecimento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 12 – LEI 8 /2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2014. INFORMAÇÃO N.º 7/SC/2015; Para conhecimento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 13 – ACORDO DE TRANSAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A “RESINORTE – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS, S. A.” – ADENDA AO CONTRATO OUTORGADO EM 19/12/2013. PROPOSTA N.º. 26/GAP/2015;



O **Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta dizendo que esta Proposta é de ajustamento a um plano anterior, aprovado oportunamente, por esta Assembleia Municipal.

Se o Tribunal de Contas não nos tem colocado dificuldades no visto para o empréstimo dos dezanove milhões de euros, teríamos pago todos os valores em dívida. O Tribunal de Contas entendeu que o Município de Chaves não devia pagar esta dívida na íntegra e que deve continuar a pagar juros à taxa de 7%, quando os podia pagar a 2,8%, o que em minha opinião é incompreensível. Se a Lei do saneamento financeiro permitia à Câmara Municipal pedir o dinheiro referente ao valor total das faturas em dívida, não é entendível esta posição de ajustamento imposta pelo Tribunal de Contas, que entende que assim é que está correto.

Não houve intervenções.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 14 – PEDIDO DE CERTIDÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI AO ABRIGO DO AR.º 71 DO EBF – MARIA JOSÉ TEIXEIRA DO NASCIMENTO – RUA CORONEL BENTO ROMA Nº. 14 – FRAÇÃO “G” – 3º DTO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL DE 11/03/2015;

O **Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação das propostas referentes aos pontos 14 e 15 por serem de igual teor. Pela nova legislação estes assuntos têm de vir à assembleia Municipal e, provavelmente, as futuras ordens de trabalhos serão sempre extensas.

É aqui pedida a isenção do IMI para o período de cinco anos, cuja competência é da Assembleia Municipal e não do Executivo municipal. Isto decorre do Plano de salvaguarda e da delimitação que fizemos.

Se as pessoas destinarem os imóveis a arrendamento, o proveito da renda também fica isento da tributação de IRS e poderão estar reunidos um conjunto de situações que pode levar o nosso Centro Histórico a ser melhor recuperado.

Não houve intervenções

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 15 - PEDIDO DE CERTIDÃO PARA EFEITOS DE ISENÇÃO DE IMI AO ABRIGO DO AR.º 71 DO EBF – MARIA JOSÉ TEIXEIRA DO NASCIMENTO – RUA CORONEL BENTO ROMA Nº. 14 – FRAÇÃO “F” – 3º DTO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL DE 11/03/2015;

O **Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta.

Não houve intervenções

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 16 – EMPRESA LOCAL “GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M., S.A.”. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA. APROVAÇÃO DA RESPECTIVA MINUTA. PROPOSTA N.º 52/GAP/2015;



O **Senhor Presidente da Câmara** fez a apresentação da proposta dizendo que o Revisor Oficial de Contas entende que o Contrato Programa apesar de não envolver transferências financeiras, servindo apenas para fixar objetivos, deve ser presente à Assembleia Municipal, embora os técnicos da Autarquia sejam de opinião contrária. Como existe esta divergência de posição trazemos a Proposta do Contrato Programa à Assembleia Municipal para fixar objetivos entre a Câmara e a Empresa Municipal. Usaram da palavra os seguintes deputados:

António Pires de Almeida do **PS** – Pediu a palavra para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Estão a concluir-se as obras da envolvente da “Áquae Natura” nas avenidas em Vidago e do Balneário Termal Pedagógico. Esta infraestrutura vai ser explorada pela Empresa Municipal e pergunta qual o plano de exploração desta unidade balnear, para quando está prevista a sua abertura e se já há alguma estratégia para a sua potencialização.

O **Senhor Presidente da Câmara** respondeu às questões que lhe foram colocadas pelo Senhor deputado.

O Balneário Termal de Vidago, em termos de obra física está concluído, faltando apenas dois pormenores. Falta o abastecimento de energia elétrica, em média tensão, por parte da EDP para que o empreiteiro possa fazer o ensaio das máquinas instaladas.

Falta ainda a ligar a conduta de vai abastecer o balneário de água mineral e que é feita dentro da propriedade da UNICER.

Depois de concretizadas estas duas situações o balneário tem de estar em funcionamento durante algum tempo, sem utentes, para a realização de análises sucessivas que provem que o mesmo está em absolutas condições sanitárias para poder funcionar e obter a respetiva licença da Direção Geral de Saúde. Como é um equipamento novo deve passar por estas etapas. Se tudo correr bem prevemos que o Balneário Termal de Vidago possa abrir ao público em Julho.

O Planeamento, para o primeiro ano e para um equipamento que é novo é fazer uma boa promoção e tentar fazer alguma ligação entre as Termas de Chaves e o Balneário de Vidago para que alguns utentes possam ser convidados a fazer tratamentos em Vidago a preços muito simbólicos, e este balneário ganhe visibilidade. Depois de devidamente licenciado o que necessita é de uma boa estratégia de marketing. Admite-se que no primeiro ano não tenha uma grande adesão porque é um equipamento que surge de novo e quando assim é, leva algum tempo até se implantar no mercado com firmeza, até porque a oferta é grande.

Na sua vertente pedagógica está a ser trabalhado com a Associação das Termas de Portugal para que, no futuro, possa ser um Balneário de formação de Técnicos de Balneoterapia para o País.

Nuno Vaz Ribeiro do **PS** - disse ter alguma dificuldade em ver que uma Empresa do Setor Local que tem o estacionamento de superfície, o parque de estacionamento coberto, as piscinas do Rebentão, tem os bares concessionados, ainda possa gerar prejuízo.

Quando pensamos em termas, em balneário, pensamos em gente, atividade, em fluxos entrados e saídos. Penso ser importante que se faça um esforço de eficiência de gestão relativamente às Termas de Chaves. Entendemos não fazer sentido ter o



estacionamento de superfície e o coberto, na gestão das Termas porque não tem nada a ver com a questão termal; deviam ser internalizados no município.

Esta Assembleia Municipal nunca teve conhecimento dos termos em que as pessoas de condições económicas mais vulneráveis podem ter acesso às Termas; a função social que as termas desempenham. Para percebermos da eficiência ou ineficiência desta Empresa Municipal seria importante termos acesso a essa informação.

A nossa posição sobre esta matéria, é que deve ser feito um esforço para eliminar o défice de exploração, tanto mais que as perspectivas são boas, com a procura a aumentar.

Como temos dúvidas a nossa posição vai ser de abstenção.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões que lhe foram colocadas. O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro tem de vir sempre falar do que sabe e do que não sabe. Nota-se que não leu esta proposta e esteve ausente da sala quando fez a apresentação da mesma. Mas como tem sempre de falar em último lugar, mesmo assim, quis fazer uma intervenção.

Na minha anterior intervenção disse que havia dúvidas se este Contrato Programa devia ou não vir a esta Assembleia Municipal, uma vez que não tem efeitos financeiros. A transferência financeira prevista é zero. Este Contrato Programa só vem para fixar objetivos. A previsão do Orçamento da Empresa é que não venha a gerar qualquer défice, por isso não está prevista qualquer transferência financeira para a Empresa Municipal.

Nuno Vaz Ribeiro do PS - disse que a forma de mostrar competência é mostrar-se humilde.

Sobre a questão do Contrato Programa o que eu digo é que se não há efeitos financeiros não tem de vir qualquer Contrato à Assembleia Municipal. Devia vir para definir orientações estratégicas de gestão. Se há a garantia de que o resultado vai ser positivo, que não vai haver quaisquer responsabilidades financeiras, se for o pronúncio de uma gestão mais eficiente, o PS ponderará o seu sentido de voto.

As Termas de Chaves em si, que são o nosso bem mais precioso, que tem um potencial de crescimento imenso, não podem dar prejuízo. É necessária audácia e competência.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 53 votos a favor, 15 abstenções (12 do PS, 2 da CDU e 1 do CDS) e zero votos contra. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 17 – FUNDAÇÃO NADIR AFONSO – “MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA NADIR AFONSO” - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO. PROPOSTA N.º 53/GAP/2015;

O Senhor Presidente da Câmara fez a apresentação da proposta dizendo que a Autarquia gostaria de estar de uma forma diferente nesta situação. Que subscreve o que foi dito sobre esta matéria pelo Senhor deputado Manuel Cunha, numa intervenção anterior.

O então Presidente da Câmara, Dr. João Batista, e o Mestre Nadir Afonso assinaram em 2002 um acordo de princípios em que o Mestre dizia o seguinte: «se a Câmara Municipal de Chaves construir um edifício vou criar uma Fundação e farei a gestão desse edifício através da Fundação em regime de comodato». Perante isso e na sequência de conversações que vinham do executivo anterior, independentemente de



alguém poder dizer que o executivo anterior não tinha uma ambição tão grande quanto à dimensão e valia do edifício, o que poderá ser questionável, fez-se a obra. Suponho que não será questionável a vontade da esmagadora maioria dos flavienses que gostará que a obra do Mestre Nadir Afonso venha para Chaves. A dimensão do edifício tem importância pelo seu custo, que foi financiado pelo Programa Nacional POVT. Se Chaves não tivesse feito esta candidatura o valor que nos foi concedido tinha ido para outra localidade do País, caso não tivéssemos capacidade para o trazer através de outra candidatura e de outro investimento, porque através do Programa Operacional da região Norte não seria possível. Felizmente tivemos uma grande capacidade de captar fundos do último Quadro Comunitário de Apoio, daí os investimentos feitos e é essa a razão pela qual a Comissão de Coordenação escolheu a nossa Vila de Vidago para fazer o encerramento do Programa.

Chaves no ON2 foi exemplo para toda a Região Norte, na apresentação de bons projetos, na conquista de fundos e na sua aplicação.

O custo da execução não é muito significativo. Terá um custo elevado para o município de Chaves, na sua exploração porque hoje a Presidente da Fundação não quer respeitar o acordo assinado pelo anterior Presidente e altera os pressupostos. Não estamos subjugados à fundação. Houve negociações e a Câmara está neste assunto com dignidade.

Há equipamentos que se constroem e à partida sabemos que, de per si, nunca vão dar lucro na sua exploração direta. O que aqui se pretende é que este equipamento gere uma mais-valia indireta, com a atração de mais turismo e pela dinamização cultural que se quer obter em torno deste edifício, em que os flavienses se possam valorizar socialmente através da vertente, cultura.

Estamos a tentar construir uma rede europeia entre cidades da nossa dimensão, com museus semelhantes a este, para que a gestão das exposições possa vir a ser mais económica. Se conseguirmos constituir esta rede poderá ser produzido um catálogo escrito em várias línguas que percorrerá todos os museus aderentes à rede.

A montagem de uma exposição dessa natureza tem custos pelo transporte e pela montagem.

Também poderíamos colocar o Protocolo na esfera judicial mas seria um arrastar de tempo sem solução. O Protocolo em análise e discussão vem a esta Assembleia e peço a sua aprovação para que o Museu seja aberto ao público o mais breve possível.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

Anselmo José Martins do **PS** – disse que o Senhor Presidente evocou o passado porque o passado para esta situação é importantíssimo.

“Antes de mais quero dizer-lhes que indubitavelmente o Concelho ficou mais rico patrimonialmente. Isso é inegável e eu reconheço-o.

Costuma dizer-se que se faz a casa de acordo com os recursos que se tem e, provavelmente, os recursos que nós tínhamos davam para uma casa menor. Realmente a proposta do PS para a sede da Fundação Nadir Afonso e para a guarda de algumas das obras era um edifício digno, tão digno que, posteriormente, esta Autarquia o renovou com qualidade. Fizeram-lhe os acrescentos necessários, com harmonia arquitetónica e, para nós, seria o edifício ideal.



Esta Autarquia teve outra opção o que é aceitável. É lamentável que estejamos aqui, constantemente, a discutir uma dívida enormíssima, que nos tolhe, mas entretanto foram tomadas opções de ricos e não de endividados. Só quem é muito rico contrata alfaiates de luxo para fazer um fato. Contratamos um dos melhores arquitetos da Europa para o projeto desse edifício e esta Câmara capitalizou isso em muitas sessões da Assembleia Municipal. Durante muito tempo, também nesta Assembleia Municipal, sempre que se levantava o problema da Fundação Nadir Afonso era dito que a Autarquia punha o edifício, e que a entidade gestora seria a Fundação Nadir Afonso, assumindo totalmente as despesas com a manutenção daquele espaço. Depois foi estabelecido um protocolo unilateralmente entre a Câmara Municipal e o pintor Nadir Afonso. Ou seja: mesmo que se quisesse recorrer do conteúdo do protocolo o signatário morreu. Nesta altura é-nos colocado um protocolo entre duas partes, completamente desequilibrado, em que só uma das partes vai lucrar. A Fundação Nadir Afonso vai ter sede própria num lugar de luxo, vai poder vender as obras quando o desejar e são os cidadãos de Chaves que vão pagar todos estes custos.

Realmente não podemos deixar o edifício ao abandono, mas tem de concordar que nos coloca perante factos consumados. Tudo isso deveria ter sido refletido profundamente antes, com garantias de que a Fundação Nadir Afonso iria assumir as despesas e a manutenção daquele espaço edificado. As despesas serão grandes e é a Autarquia que terá de suportar tudo, por decisão vossa. Espero, de todo o coração, que este espaço, a que já denominaram como Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, atraia pessoas a Chaves e que anime a economia local”.

Manuel Justino Matos Cunha da **CDU** – disse que o executivo anterior fez aqui um péssimo ato de gestão.

“Eu percebo que a Fundação Nadir Afonso, entidade jurídica, invoque e diga que não contavam com esta crise e que na realidade não tem capacidade para enfrentar a gestão de um edifício desta natureza.

Estava à espera que, entre gente de bem, nos fosse dito que fariam um acordo em que uma percentagem da venda das obras ficaria para financiar a Fundação. Não me parece que a Fundação Nadir Afonso, entidade jurídica, saia com uma boa imagem deste processo. Entre gente de bem, seria natural honrar os compromissos assumidos pelo Mestre, encontrando um ponto comum que não prejudicasse nem os herdeiros nem o outro parceiro. A Câmara Municipal aceitou todas as condições impostas e não podia fazer de outra maneira.

Certamente havia formas de contornar a situação e mostrar o mínimo de respeito pela memória do Mestre.

Sempre entendi que este era um projeto para o desenvolvimento cultural do Alto Tâmega mas, com o devido respeito, não pode ficar fechado em torno da figura do Nadir Afonso, porque é muito limitado. Em tempos falou-se na Fundação de Serralves e seria uma solução. A ideia deve ser muito mais abrangente e se eu fosse o Senhor Presidente da Câmara teria reunido o pensamento da Câmara e apareceria com um projeto de dinamização e de entusiasmo. A cidade, a Autarquia, tem de encontrar nos seus jovens, nos seus intelectuais, gente que lance um projeto para isto porque senão, só com a obra do Nadir Afonso, por muito mérito que ela tenha, não vai



conseguir fazer a dinamização que nós pensamos. Se assim não for aquele edifício será mesmo um elefante branco”.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões que lhe foram colocadas dizendo que há um protocolo assinado em abril de 2001 e este Executivo, que tomou posse dia 7 de janeiro de 2002, honrou as conversações havidas com o Mestre e deu continuidade ao que vinha de trás.

O Mestre Nadir Afonso disse que não gostava da solução que lhe tinha sido apresentada pelo anterior executivo e na sequência disso foi convidado o Arquiteto Siza Vieira para fazer um projeto de maior dimensão que, por si, entendo que é bom, na medida em que o espaço já tem sido muito visitado, só pela arquitetura do Siza Vieira, que também é uma mais-valia.

Independentemente de hoje ser fácil dizer que houve erro na estratégia, a verdade é que havia um protocolo escrito que dizia que Fundação faria a gestão do edifício. Como a Presidente da Fundação está agora a voltar com a palavra atrás, a verdade é que existe um problema e também é verdade que temos de o resolver. Se consultarem as atas dos executivos desde 2002 verão que todas as deliberações sobre a candidatura da Fundação Nadir Afonso foram sempre aprovadas por unanimidade, quer na contratação do Arquiteto Siza Vieira, quer no projeto executado, com exceção do executivo atual em que as votações não são feitas por unanimidade. O futuro será o nosso juiz.

Em novembro de 2013 houve alguém que propôs que se parasse de imediato a obra. Isso significava devolver o dinheiro recebido, significava indemnizar o empreiteiro, significava indemnizar os proprietários dos terrenos e demolir o edifício para devolver os terrenos ao seu estado inicial, por obra não concretizada. Essa sim seria a solução mais desastrosa para o Município.

Senhor deputado Manuel Cunha, eu disse há pouco que a criação da rede é uma estratégia que permite expor obras de outros artistas que não seja apenas o Mestre Nadir Afonso. O edifício será inaugurado com uma exposição da vida e obra de Nadir Afonso e após essa exposição inaugural ficará com obras do Mestre apenas a sala central. As outras três salas serão para exposições temporárias de outros artistas e se conseguirmos criar esta rede, tanto melhor.

Oportunamente, numa sessão desta Assembleia disse que estava a negociar com a Fundação de Serralves, a hipótese de estabelecer uma parceria no sentido de que exposições de Serralves viessem a Chaves. Essa parceria custava-nos cem mil euros de entrada e quinze mil euros por ano. Entendemos que não nos serve e temos de percorrer estratégias diferentes porque com esse dinheiro conseguimos trazer obras de outros museus.

A exposição Berardo está no Centro Cultural de Belém numa situação semelhante a esta de Chaves. O proprietário não paga nada pelo espaço. É o Estado que se suporta todas as despesas. Aliás a esmagadora maioria das situações existentes no país são, de uma maneira geral, muito semelhantes à nossa. Não era a que nós desejávamos. Nós desejávamos que a Fundação assumisse a gestão do edifício, nem que a Autarquia viesse a partilhar os custos com o pessoal. A posição atual da Presidente da Fundação é esta e não foi fácil chegar a este acordo. Hoje o que temos a fazer é promover e valorizar uma excelente obra de arquitetura, promover e valorizar a excelente obra do Mestre Nadir Afonso, ter capacidade para trazer cá



exposições com obras de artistas nacionais e internacionais de renome; minorar o défice de exploração que vamos ter e esperar que Chaves, o Alto Tâmega, a Região Norte, o País saia altamente valorizado com este equipamento.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 55 votos a favor, 14 abstenções e zero votos contra. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

O Senhor Deputado Nuno Vaz Ribeiro apresentou a seguinte declaração de voto em nome da bancada do Partido Socialista: "Estamos perante um assunto relativamente ao qual houve uma falta de planeamento e uma incapacidade de previsão das consequências que resultaram de um investimento que foi consignado a um relevante pintor desta terra, no caso o Mestre Nadir Afonso mas não foi acautelado o interesse público, subjacente ao propósito e que era criar em Chaves uma Fundação. Não é aceitável que uma estrutura como o Município de Chaves, com recursos técnicos e humanos, não tivesse sido diligente no sentido de perceber que um contrato com esta dimensão, com esta relevância, com a expressão financeira que tem - estamos a falar de um investimento de milhões de euros - e não tivesse acautelado a questão, no sentido de que as obrigações a estabelecer entre o Município e um pintor pudessem ter força jurídica e pudessem ser relevantes em que as obrigações e os direitos das partes pudessem ser salvaguardados no futuro. É ainda mais grave quando sucessivamente, na Assembleia Municipal se questionou este assunto e sempre foi dito pelo então Presidente da Câmara que havia garantias, que era um projeto de futuro com muita relevância, absolutamente estruturante a nível cultural para este Concelho e para esta Região e afinal, hoje somos mais uma vez confrontados com o facto consumado, em que existe um grande investimento público de muitos milhões de euros e que, agora, perante esta situação de facto consumado, não podemos demolir o edifício, não podemos fazer de conta que não existe. Há um problema e esse problema foi assumido e protagonizado por alguém. A missão agora vai no sentido de tentar debelar ou mitigar os efeitos dessa decisão, no sentido de que se possa fazer uma gestão equilibrada e ponderada. O nosso voto é de abstenção porque esta proposta não vem acompanhada de um estudo de viabilidade económica para percebermos quais são os custos e os proveitos resultantes desta parceria, e era importante para votar em consciência esta matéria".

O Senhor Presidente da Mesa propôs que os pontos 18, 19, 20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37,38 e 39 fossem discutidos em simultâneo e que a votação fosse feita individualmente, dado tratar-se de contratos de delegação de competências entre o Município e as Juntas de Freguesia identificadas nos respetivos pontos. A Assembleia aceitou o proposto pelo Senhor Presidente da Mesa.

PONTO 18 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS. PROPOSTA N.º 27/GAP/2015;

O Senhor Presidente da Câmara disse que estas propostas vêm à Assembleia Municipal conforme prometido, desde que a legislação o permitisse.

Este assunto foi discutido na sessão da Assembleia Municipal de Dezembro de 2014 e, nessa altura, ainda não havia um entendimento claro quanto à possibilidade de as Juntas de Freguesias que o desejassem, poder continuar a gerir os sistemas de



água. No dia 25 de janeiro a ERSAR tornou público um despacho com o entendimento de que as Juntas de Freguesia podiam continuar a fazer essa gestão e nesse mesmo dia solicitei ao Gabinete de Apoio Técnico às Freguesias para convidar os Senhores Presidentes de Junta para uma reunião, que aconteceu na quarta-feira seguinte, onde lhes foi explicado o despacho da Entidade Reguladora e a possibilidade de se celebrar contratos interadministrativos. São esses contratos que hoje vêm a esta Assembleia Municipal para todas as freguesias que fazem a gestão da água e que pretendem continuar a fazê-la.

Temos aqui o caso de uma freguesia que tinha passado a água para a Câmara Municipal e hoje a União das Freguesias do Planalto de Monforte, que agrega a antiga freguesia de Oucidres, mediante deliberação dos seus Órgãos voltou a pedir que a gestão dos sistemas de água, na totalidade da freguesia, lhe fosse contratualizada. Hoje a Câmara Municipal devolve à freguesia a possibilidade de fazer essa gestão.

A Câmara Municipal de Chaves foi pioneira na criação de um Gabinete de Apoio Técnico às Freguesias, que depois foi replicado pelo País, com o objetivo de apoiar os Senhores Presidente de Junta. Com as alterações do quadro legislativo, com o aumento sucessivo de novas responsabilidades, sem o necessário pacote financeiro adequado, cada vez é mais complicado o processo administrativo das freguesias. Desta forma ajudamos as freguesias que assim o entendem, com todo o grau de liberdade, em todas as áreas.

No caso da gestão da água, em que a legislação é cada vez mais exigente e mais complexa, a Autarquia tudo fará para reforçar o mencionado Gabinete de Apoio Técnico, para que também nesta matéria lhe seja prestado o necessário apoio técnico às Juntas de Freguesia e desta forma a gestão da água fique mais próximo dos cidadãos.

Intervenções sobre estes pontos:

Nuno Vaz Ribeiro do **PS**- disse que, depois de alguma controvérsia e preocupação das nossas freguesias, foi possível que a gestão da água ficasse na responsabilidade das Juntas de Freguesia. Outros municípios tomaram posições idênticas sem alimentarem preocupações juntos das populações sobre esta questão.

Registamos com agrado as palavras do Senhor Presidente da Câmara, ao dizer que irá reforçar a estrutura do Gabinete de Apoio Técnico às Freguesias no sentido de os acompanhar em todo o processo e ainda que a Autarquia está disponível para assumir encargos e responsabilidades nesta matéria.

Terminou dizendo que a bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente estas propostas.

PONTO 19 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE ANELHE. PROPOSTA N.º 28/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 20 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE



CHAVES E A FREGUESIA DE CALVÃO E SOUTELINHO DA RAIA. PROPOSTA N.º 29/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 21 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE CIMO DE VILA DA CASTANHEIRA. PROPOSTA N.º 30/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 22 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE EIRAS, S. JULIÃO DE MONTENEGRO E CELA. PROPOSTA N.º 55/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 23 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE ERVEDEDO. PROPOSTA N.º 56/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 24 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES. PROPOSTA N.º 31/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 25 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE MAIROS. PROPOSTA N.º 32/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 26 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE MOREIRAS. PROPOSTA N.º 33/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 27 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DO PLANALTO DE MONFORTE. PROPOSTA N.º 34/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 28 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE OURA. PROPOSTA N.º 35/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.



PONTO 29 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE PARADELA DE MONFORTE. PROPOSTA N.º 36/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 30 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE REDONDELO. PROPOSTA N.º 37/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 31 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE. PROPOSTA N.º 40/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 32 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE SANTA LEOCÁDIA. PROPOSTA N.º 41/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 33 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM. PROPOSTA N.º 38/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 34 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE SÃO VICENTE DA RAIÁ. PROPOSTA N.º 39/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 35 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE TRAVANCAS E RORIZ. PROPOSTA N.º 42/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 36 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE TRONCO. PROPOSTA N.º 43/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 37 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE



CHAVES E A FREGUESIA DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS. PROPOSTA N.º 44/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 38 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE VILAR DE NANTES. PROPOSTA N.º 45/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 39 – APROVAÇÃO DA MATRIZ DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A FREGUESIA DE VILELA DO TÂMEGA. PROPOSTA N.º 57/GAP/2015;

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

Período de intervenção do Público

Neste período foi dada a palavra ao Senhor Joaquim Jorge Silva Santos, residente na cidade de Chaves, previamente inscrito através de pedido feito via eletrónica, nos termos do artigo 33º do Regimento da Assembleia Municipal.

Depois de saudar os presentes e de se identificar, disse ser sócio-gerente da Empresa “Sabores da Terra”, Empresa local que se dedica ao fabrico dos Pastéis de Chaves, do Folar de Chaves e de outros produtos da indústria alimentar.

“A atividade da Empresa começou em 2006 numas instalações situadas na zona dos Aregos. Como a procura dos seus produtos a aumentar teve necessidade de aumentar a sua produção e foi convidado pelo anterior executivo a instalar a sua unidade fabril no Mercado Abastecedor.

Visitei os pavilhões disponíveis e achei que era o lugar perfeito para instalar ali a minha nova unidade de produção. Escolhi o módulo seis porque, em termos de futuro, me permitia alargar a empresa para o módulo contíguo, que era o número cinco. Em setembro de 2008 ocupei as novas instalações, com um período de carência dado pela Autarquia até 1 de março de 2009, altura em começamos a laborar. Nesta data foi-nos permitido ocupar o módulo número cinco, que ainda hoje utilizamos como armazém das nossas matérias-primas e consumíveis de embalagens que, atualmente, é indispensável à nossa atividade.

Passados alguns meses, instalou-se no mesmo entreposto a empresa de bebidas, Daniel & Simões, SA que deixou as instalações no final de janeiro do ano em curso.

Em dez de fevereiro de 2015 verifiquei que os espanhóis da “Pastel Nor” tinham ocupado os módulos deixados vazios pela empresa de bebidas Daniel & Simões, SA. Tive logo a preocupação de marcar uma reunião com a Autarquia onde demonstrei a preocupação da possibilidade da empresa espanhola vir a adquirir o módulo cinco que tenho vindo a utilizar. Nessa data, na presença dos Senhores vereadores João Neves e Carlos Castanheira, o Senhor Presidente da Câmara disse-me que o módulo cinco seria para mim e convidou-me a fazer o pedido de arrendamento por escrito, o que fiz de imediato, mas ao qual não obtive resposta. Também ao longo do tempo fui falando com o Dr. João Pereira para formalizar o contrato de arrendamento. Isso nunca aconteceu.



Entretanto como tenho uma loja em Lisboa ausentei-me vinte dias e quando regresssei deparei-me com a construção de um tunel à face das minhas instalações, a tapar a totalidade do módulo cinco que também utilizo. Coloquei de imediato uma ação judicial para embargo da obra. Dessa ação resultou já uma audiência no Tribunal de Vila Real que ainda não terminou, desconhecendo, portanto, o seu resultado.

Fiz inúmeras diligências junto da Câmara Municipal e até agora o que me foi proposto foi o abandono das instalações do módulo cinco.

Como devem compreender a vida das empresas atualmente não é fácil. As instalações que ali tenho são ótimas, talvez umas das melhores de Trás-os-Montes, senão as melhores, nas quais investi muito dinheiro e gosto imenso do local.

Refiro que não tenho absolutamente nada contra a presença da Empresa “Pastel Nor”. Até à data não tive qualquer problema com a administração desta empresa. No entanto, neste momento sinto que estou a ser pressionado para sair do Mercado Abastecedor.

Tenho um resumo de alguns itens do documento oficial da oposição ao embargo apresentada em Tribunal por parte da “Pastel Nor que passo a citar: «A bem da verdade cumpre referir que a requerente “Prazeres da Terra” tem uma atividade reduzida, limitando-se o seu negócio praticamente ao fornecimento do Pastel de Chaves para um par de pastelarias locais». Ora isto não é verdade porque a Empresa “Prazeres da Terra”, felizmente, apresentou um volume de negócios de cerca de oitocentos mil euros, em 2014. Fornecemos o Distrito de Braga, Distrito do Porto, fazemos distribuição em Lisboa, onde tenho uma loja própria, mas, independentemente disso, a legitimidade da grandeza, ou não das empresas, devem ser sempre salvaguardados os direitos de igualdade.

Quanto à questão do embargo em si, também consta no documento de oposição a expressão que passo a citar: «é certo que os trabalhos que a “Pastel Nor” estava a desenvolver, no Mercado Abastecedor, até à data em que terá ocorrido o alegado embargo extrajudicial, eram meros trabalhos preparatórios da obra ante descrita e, como tal, não estavam, nem estão, como também supra se afirmou, sujeitos à autorização camarária. Ora, só a construção deste túnel, que é sujeita a licenciamento, já não nos meros trabalhos de preparação de terreno».

Tenho aqui fotografias que acompanharam o pedido de embargo e estão no processo, onde pode constatar-se a dimensão destas obras. Não são pequenas obras. São obras de grande dimensão onde estão preparadas as fundações e as sapatas que vão constituir os alicerces da edificação do túnel do alargamento da área de produção e armazenamento da “Pastel Nor”.

Na contestação do embargo a “Pastel Nor” ameaça que se não fizer esta obra se deslocalizará de Chaves. Como todos sabemos e a Autarquia tem pessoas com competência necessária para perceber que a “Pastel Nor” recebeu avultados subsídios do QREN e por isso tem obrigações de permanência em Chaves durante um período fixo. Nas obrigações da empresa constam também as: de não afetar outras finalidades, ou colocar, alienar, ou de qualquer modo onerar de todo, ou em parte, os bens, serviços adquiridos no âmbito do projeto, durante a vigência do presente contrato, sem prévia autorização da entidade competente para a decisão; manter afetos à respetiva atividade os ativos respeitantes ao investimento apoiado bem como a localização geográfica definida no projeto durante um período mínimo de



três anos após o encerramento do projeto. Perante tudo isto parece-me que esta pressão que a “Pastel Nor” está exercer sobre a Autarquia não é verdadeira.

No site do Município de Chaves existe uma referência à inauguração da “Pastel Nor” que diz que iria criar de imediato em Chaves, oitenta postos de trabalho e a médio/longo prazo, quinhentos postos de trabalho. No documento de defesa da Empresa, em Tribunal, consta que neste momento tem trinta e quatro postos de trabalho. A Empresa “Prazeres da Terra”, neste momento e num módulo apenas, emprega dezasseis pessoas e indiretamente mais onze pessoas.

A Empresa “Prazeres da Terra” está no Mercado Abastecedor, onde fez um grande investimento e quer ali continuar, dinamizando e fazendo crescer a sua atividade. Para além do investimento, seria de grande irresponsabilidade da minha parte, enquanto dirigente desta empresa, não lutar, com todos os meios legais de que disponho, para que esta situação seja alterada. As obras que ali estão a ser realizadas pela “Pastel Nor” não estão licenciadas. Tenho conhecimento que na passada quinta-feira foi aprovada uma alteração ao loteamento, devendo estar para sair em edital público. Entendo que os pressupostos desta aprovação não foram todos cumpridos pelo que irei entregar este processo a um advogado especialista em direito administrativo e, caso não se verifiquem todas as legalidades, irei impugnar essa aprovação, dado que estão previstos sessenta dias para a impugnação dessa mesma alteração. Já dirigimos uma denúncia à IGF sobre esta matéria e estamos a preparar uma denúncia ao Tribunal Administrativo de Mirandela.

Tentei por todas as formas que isto não tivesse de acontecer, mas infelizmente aconteceu. Não tenho nada contra a “Pastel Nor”, até entendo o objetivo deles que é pôr-me “dali para fora” e ficar com todas aquelas instalações para eles.

Enviei a todos os Partidos Políticos e a todas as entidades que entendo terem responsabilidades nesta matéria, uma exposição detalhada da situação.

A Autarquia ofereceu-me um terreno para eu construir novas instalações com meios próprios que não tenho, mas mesmo que os tivesse seriam para investir na unidade que já tenho e que necessita ainda de muitos investimentos.

Não é verdade que a “Pastel Nor” depende desta obra para receber dinheiros porque a candidatura por eles feita em 2012, já tinha o local do investimento definido. Receberam investimento para instalações que estavam previstas e constavam da respetiva candidatura. Estes senhores poderão expandir a sua atividade edificando num terreno que está livre no Mercado Abastecedor e bem perto das suas atuais instalações”.

O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção do Senhor Joaquim Jorge da Silva Santos sobre o assunto que explicitou e disse que solução do mesmo não depende da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer que o cidadão Senhor Joaquim Jorge Santos trouxe aqui uma situação para um julgamento político, na medida em que o julgamento judicial está na esfera dos Tribunais.

Imagino que esta Assembleia não se quer substituir aos Tribunais para esse julgamento judicial.

Se o que está em causa é alguma apreciação sobre a obra em si, importa dizer que a Empresa “Prazeres da Terra” fez um contrato de arrendamento para um Pavilhão, que não está posto em causa. O que eventualmente está em causa é o direito que a



referida Empresa julga ter em arrendar o pavilhão do lado que neste momento utiliza graciosamente e no qual a Empresa “Pastel NOR” também está interessada para ampliar a produção.

Como sabem a Empresa MARC SA está para ser dissolvida e o seu ativo e passivo está a ser internalizado na Câmara Municipal sendo o Presidente da Câmara o gestor liquidatário, em conjunto com o anterior Presidente do Conselho de Administração e com o representante da ACISAT na FLAVIFOMNENTO, Senhor João Miranda Rua. Quando aquele património estiver na esfera da Câmara Municipal esta terá de tomar as necessárias deliberações sobre as situações que surgirem.

Ninguém propõe ao cidadão Joaquim Jorge Santos a deslocalização da sua Empresa daquele local e se diz que para ele é vital a utilização daquele espaço para ampliação da produção, o mesmo acontece com a Administração da Empresa “Pastel Nor” que entende que o espaço em causa é de igual forma vital para a sua expansão.

De referir que a “Pastel Nor tem um projeto aprovado e financiado para fazer a ampliação da fábrica, que foi apresentado aquando da vinda do Senhor Primeiro Ministro a Chaves em finais de 2012. Por esse motivo, a administração anterior do MARC ter-lhe-á dado luz verde para apresentar o projeto.

O projeto de investimento da Empresa “Prazeres da Terra” não está em causa, desde que respeite o seu contrato de arrendamento.

O que aqui está em causa é determinar qual dos dois projetos será mais importante e mais válido para Chaves.

O Senhor Presidente da Mesa disse que o Senhor Presidente prestou os esclarecimentos sobre o assunto exposto pelo cidadão Joaquim Jorge Santos e que uma vez que o assunto está sob a esfera dos Tribunais a esta Assembleia Municipal nada tem a fazer.

O Senhor Presidente da Mesa depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda, deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

A Funcionária _____